



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA
ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS-PROFCIAMB-UEFS

EUNICE FRANCISCA DE ARAÚJO

PROTAGONISMO FEMININO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO
DE PASTO FRENTE AOS EMPREENDIMENTOS DE ENERGIA EÓLICA

Feira de Santana-BA

2026

EUNICE FRANCISCA DE ARAÚJO

**PROTAGONISMO FEMININO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO
DE PASTO FRENTE AOS EMPREENDIMENTOS DE ENERGIA EÓLICA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Feira de Santana, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências Ambientais.

Área de Concentração: Ambiente e Sociedade

Orientadora: Prof^a. Dra. Gislene Moreira Gomes

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Marjorie Cseko Nolasco

FEIRA DE SANTANA
2026

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

A688

Araújo, Eunice Francisca de
Protagonismo feminino nas comunidades tradicionais de fundo de
pasto frente aos empreendimentos de energia eólica / Eunice Francisca
de Araújo. – 2026.
109 f.: il.

Orientadora: Gislene Moreira Gomes
Coorientadora: Marjorie Cseko Nolasco
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Feira
de Santana, Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para
Ensino das Ciências Ambientais, Feira de Santana, 2026.

1.Territorialidades. 2.Resistência - Mulher. 3.Autonomia comunitária.
4. Transição energética. 5.Associação Comunitária de Mangabeira e
Povoados Vizinhos. I. Gomes, Gislene Moreira, orient. II. Nolasco,
Marjorie Cseko, coorient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana.
IV. Título.

CDU 334.4:396(814.22)

Daniela Machado Sampaio Costa - Bibliotecária - CRB-5/2077



EUNICE FRANCISCA DE ARAÚJO


PROTAGONISMO FEMININO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO DE PASTO FRENTE AOS EMPREENDIMENTOS DE ENERGIA EÓLICA

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Feira de Santana, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências Ambientais.


Área de Concentração: Ambiente e Sociedade

Aprovada em: 02 de fevereiro de 2026.


BANCAEXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GISELENE MOREIRA GOMES**
Data: 04/02/2026 09:01:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Profa.Dra.GisleneMoreiraGomes-(Orientadora-PROFCIAMB/UNEB)

Documento assinado digitalmente
 **MARJORIE CSEKO NOLASCO**
Data: 02/02/2026 22:14:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa.DraMarjorieCsekoNolasco-(Coorientadora PROFCIAM/UEFS)

Documento assinado digitalmente
 **CAROLINA SILVA RIBEIRO**
Data: 05/02/2026 09:58:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.aDra.CarolinaSilvaRibeiro-(UFOB)

Documento assinado digitalmente
 **CLARICE CAMPELO DE MELO FERRAZ**
Data: 04/02/2026 11:27:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra Clari e Campelo de Melo Ferraz -(UFRJ)

À todas as mulheres que lutam
por soberania territorial.

AGRADECIMENTOS

A caminhada foi longa, mas foi solidária. É necessário reconhecer que essa conquista não é individual, mas fruto de um processo coletivo tecido por muitas mãos, que só se tornou possível através do apoio de tantos/as. Essa coletividade possibilitou trilhar um caminho de obstáculos, mas de afetos, conexão, alegrias e descobertas. E essa conquista se conecta muito por meio do agradecimento, isso me emociona demais, ao mesmo tempo em que me deixa muito festiva. É, sentir tem outro tempo e o que eu estou sentindo perpassa pelo campo do indizível.

Eu, tô chorando até agora, passa um filme na cabeça, são tantas vidas envolvidas!

Obrigada, obrigada, obrigada!

Agradeço a minha família, pelo apoio contínuo. À minha avó Valdete (*in memoriam*) e minha mãe dona Mariazinha, a quem lhes foi negado o direito de estudar, mas sempre desejaram e lutaram para que o meu destino fosse diferente. Portanto, recebam também como sua esta conquista. Vozinha, me recordo daquele dia em que enquanto a senhora lavava a louça no jirau que tinha no fundo da sua casa, conversávamos sobre o acesso à educação formal e a senhora falava do quanto era difícil a gente conseguir, mas queria que os nossos um dia conseguissem. Naquela ocasião e até pouco tempo, o mestrado era algo muito distante das nossas possibilidades de alcance, mas hoje estou aqui pra dizer, eu consegui e outros dos nossos também caminham nesta direção.

À Marizete da Malhada, que além de minha madrinha, foi minha professora, quem me ensinou a ler, escrever entre muitos outros ensinamentos. Pelos estímulos à continuidade dos estudos e por celebrar cada alegria como se fosse sua filha e eu me sinto nessa condição. Grata pelo afeto e confiança materna!

Às militâncias nas pessoas de Maristélia, Josiane, Mariléia, Carivaldo, Dé da Malhada (meu padrinho) e tantas outras, por oferecer inspiração através do histórico de luta empreendida que tanto contribui com a minha trajetória. Agradeço a Associação Comunitária de Mangabeira e Povoados Vizinhos e a todas as mulheres que foram fundamentais na construção desse trabalho.

À Central de Associações de Fundo de Pasto, pelos aprendizados construídos coletivamente, pelas oportunidades formativas e pelo fortalecimento do meu compromisso com a defesa dos territórios tradicionais e dos fundos de pasto enquanto

espaços de resistência, vida e luta.

Às Aroeiras, Gameleiras, Juremas, Mangabeiras e Baraúnas por compartilharem suas narrativas, pela coragem, força, cuidado e pela sabedoria, por manter nossas raízes vivas e presentes.

Agradeço, com carinho e cumplicidade, a Sandreia Santana e Anizia Nascimento, minhas companheiras de mestrado e de luta, que conhecem cada caminho trilhado, cada angústia, cada medo e cada alegria que atravessaram a essa trajetória. Nada disso seria possível sem essa caminhada coletiva.

À Elis Jeane, Josana Pimenta, Adriana Magalhães, a Sandreia, a Anzia, a professora Gislene, que gentilmente me acolheram em suas casas. Agradeço a hospitalidade, o carinho, atenção e o cuidado.

À Mivânia, pelas sementes tocadas, a Eduarda pelas mensagens de apoio e encorajamento e por produzir o mapa das comunidades pela tabela da amizade. À toda a minha turma 6 do PROFCIAMB, pelo companheirismo e solidariedade.

Minha gratidão à Célia Novais, minha terapeuta que tem cuidado da minha saúde emocional através de terapias integrativas, que me possibilitou continuar nesse mestrado.

À Dânia Oliveira, pelo companheirismo, pelas ilustrações e pelas escutas e contribuições generosas ao longo de todo o processo.

À professora Joselisa por nos ensinar a encarar os desafios com leveza. A todos os professores da rede pela partilha de saberes.

Às professoras Carolina Ribeiro e Clarice Ferraz, pelo aceite do nosso convite. Ter essas referências na banca examinadora, me dá um frio na barriga. Obrigada pela sensibilidade, cuidado, compreensão e paciência, pela leitura cuidadosa da escrita de cada linha desse trabalho.

À minha orientadora professora Gislene Moreira pelo cuidado, compreensão e atenção não só com a construção deste trabalho, mas em outras lutas sociais.

À minha orientadora professora Marjorie Nolasco, por ser tempestade e calma. Fico imensamente grata e feliz pelo privilégio de ter uma pessoa como você, sensível, ética e competente como minha orientadora

À todas as pessoas que celebram comigo essa conquista!

À Deus e as Deusas. Gratidão por permitir essa experiência!

Mas ela ao mesmo tempo diz
que tudo vai mudar
Porque ela vai ser o que quis,
inventando um lugar
Onde a gente e a natureza feliz
vivam sempre em comunhão
E a tigresa possa mais do que o leão

(Caetano Veloso)

Quanto vale o sossego?
Sossego é ter soberania territorial
é poder plantar respeitando os ciclos da terra,
acompanhar o tempo da chuva,
da lua e da colheita.
Sossego é ter autonomia sobre o próprio
território
decidir sobre seus usos e sentidos,
é a roça que produz,
o fundo de pasto compartilhado,
a liberdade de circular, plantar, criar e manejar
a terra
É condição essencial para a reprodução da
vida.

(Eunice Francisca)

RESUMO

Esta pesquisa busca discutir as estratégias de defesa territorial protagonizadas pelas mulheres das/nas comunidades tradicionais de fundo de pasto, frente aos conflitos gerados a partir da inserção de projetos de energia eólica no território tradicionalmente ocupado. Serão consideradas neste estudo, as comunidades da área de abrangência da Associação Comunitária de Mangabeira e Povoados Vizinhos (ACOMPOV), situadas no município de Brotas de Macaúbas, no semiárido baiano. A pergunta que este estudo busca responder é: de que modo o protagonismo das mulheres das comunidades tradicionais de fundo de pasto se manifesta nas estratégias de resistência e defesa do território tradicionalmente ocupado diante da expansão dos projetos de energia eólica? Parte-se da hipótese de que elas constroem formas próprias de resistência, articulando práticas solidárias, saberes ancestrais e estratégias políticas de enfrentamento, construindo táticas de luta que reafirmam a inseparabilidade do corpo, território e identidade coletiva. Logo, o objetivo geral é analisar as táticas de luta e resistência construídas pelas mulheres agricultoras das comunidades de Fundo de Pasto de Brotas de Macaúbas-BA, no enfrentamento aos conflitos socioterritoriais decorrentes dos projetos de energias renováveis. A escolha metodológica será orientada pela lente qualitativa, através de metodologias participativas e processos dialógicos, que permitem discutir os elementos da pesquisa a partir de olhares de “dentro para fora” e de uma visão de mundo própria, construída com o “chão em que se pisa” e com a realidade cultural experimentada cotidianamente. Tendo como referência as contribuições de Barbier (2002), Thiollent (2011), adota-se como metodologia a pesquisa-ação, por sua capacidade de articular a produção de conhecimento com processos de transformação social. Essa abordagem permite compreender os contextos de opressão em que as mulheres são inseridas e, ao se perceberem nessas condições, são levadas a protagonizar as práticas emancipatórias de enfrentamento e defesa dos seus corpos-territórios. Nesse sentido, a pesquisa-ação entende as participantes como sujeitas produtoras de conhecimento, capazes de elaborar referências próprias e coletivas na busca de soluções para os desafios que vivenciam. Trata-se, portanto, de uma modalidade de pesquisa social com função política e transformadora, orientada para a resolução de problemas concretos e para a construção de ações que promovam mudanças nas realidades investigadas. A pesquisa evidencia que o protagonismo feminino se manifesta na organização coletiva, mediação de conflitos, vigilância territorial e construção de estratégias políticas de enfrentamento às imposições do capital. As mulheres reafirmam o território como bem comum e condição de existência coletiva, enfrentando os projetos de energia eólica de forma coletiva. Suas ações de resistência fortalecem a autonomia comunitária, mostrando que a defesa do território está intrinsecamente ligada à justiça social, aos direitos comunitários.

Palavras-chave: territorialidades; resistências; autonomia comunitária; transição energética

ABSTRACT

This research aims to discuss the territorial defense strategies employed by women in traditional grazing communities in the face of conflicts arising from the insertion of wind energy projects in their traditionally occupied territory. This study will consider the communities within the area covered by the Mangabeira and Neighboring Villages Community Association (ACOMPOV), located in the municipality of Brotas de Macaúbas, in the semi-arid region of Bahia. The question this study seeks to answer is: how does the protagonism of women in traditional grazing communities manifest itself in the strategies of resistance and defense of their traditionally occupied territory in the face of the expansion of wind energy projects? It is hypothesized that they construct their own forms of resistance, articulating solidarity practices, ancestral knowledge, and political strategies of confrontation, building tactics of struggle that reaffirm the inseparability of the body, territory, and collective identity. Therefore, the overall objective is to analyze the tactics of struggle and resistance constructed by women farmers in the Fundo de Pasto communities of Brotas de Macaúbas-BA, in confronting the socio-territorial conflicts arising from renewable energy projects. The methodological choice will be guided by a qualitative lens, through participatory methodologies and dialogical processes, which allow for the discussion of research elements from an "inside-out" perspective and a unique worldview, built upon the "ground they walk on" and the cultural reality experienced daily. Based on the contributions of Barbier (2002) and Thiollent (2011), action research is adopted as the methodology, due to its capacity to articulate knowledge production with processes of social transformation. This approach allows us to understand the contexts of oppression in which women are embedded and, upon realizing these conditions, leads them to take the lead in emancipatory practices of confronting and defending their bodies and territories. In this sense, action research understands the participants as subjects who produce knowledge, capable of developing their own and collective references in the search for solutions to the challenges they experience. It is, therefore, a type of social research with a political and transformative function, oriented towards solving concrete problems and building actions that promote changes in the realities investigated. The research shows that female protagonism manifests itself in collective organization, conflict mediation, territorial surveillance, and the construction of political strategies to confront the impositions of capital. The women reaffirm the territory as a common good and a condition of collective existence, confronting wind energy projects collectively. Their acts of resistance strengthen community autonomy, showing that the defense of the territory is intrinsically linked to social justice and community rights.

Keywords: territorialities; resistance; community autonomy; energy transition

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Comunidades de fundo de pasto integrantes da ACOMPOV.	42
Figura 2: Etapas da pesquisa.	52
Figura 3: Análise de dados.	56
Figura 4: Regiões com elevado potencial para geração de energia eólica na Bahia66	
Figura 5: Histórico da ACOMPOV na busca pela regularização fundiária junto ao órgão competente.	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do IDHM de Brotas de Macaúbas	43
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Procedimentos metodológicos para condução das rodas de conversa...54	
Quadro 2- Síntese das lutas e conquistas da ACOMPOV.....63	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação dos valores de arrendamento antes e depois das negociações com a ACOMPOV (por aerogerador).....	80
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEEÓLICA	Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias
AATR	Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais
ACOMPOV	Associação Comunitária de Mangabeira e Povoados Vizinhos
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ASCOBOVI	Associação Comunitária do Povoado de Boa Vista
ASPRUS	Associação dos Produtores Rurais de Sumidouro e Baixo do Sumidouro
BA	Bahia
CEC	Centrais Elétricas Carnaubal S.A.
CEFIR	Cadastro Estadual Florestal do Imóvel Rural
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CDA	Coordenação do Desenvolvimento Agrário
CLPI	Consulta Livre, Prévia e Informada
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FBDH	Fundo Brasil de Direitos Humanos
GEE	Gases de Efeito Estufa
GEMACAU	Grupo Especial de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos
GEOGRAFAR	Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
MP	Ministério Público
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PROFCIAMB	Programa de Pós Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais
RCLE	Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
SDA	Superintendência de Desenvolvimento Agrário
SDE	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
SEPROMI	Secretaria Estadual da Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 Problema	22
1.2 Hipótese	22
1.3 Objetivo Geral	22
1.4 Objetivos Específicos	22
2. REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Comunidades Tradicionais e suas Territorialidades	23
2.1.1 As Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto	25
2.2 Defender o corpo é defender a terra: protagonismo feminino na defesa do corpo-território	31
2.3 As Serras do Sertão no Circuito da Acumulação Global.....	34
2.5 Lutas emancipatórias em defesa da vida	36
2.6 Tecendo autonomia: Consulta Prévia, Livre Informada e de Boa fé	38
3. O CHÃO ONDE A PESQUISA SE ENRAIZA.....	41
3.1 Caracterização do Campo de Pesquisa	41
3.2 Contexto cultural: os festejos como expressão de resistência e pertencimento.....	46
3.3 Percurso Metodológico	47
3.4 Etapas da pesquisa	48
3.4.1 Análise documental	52
3.4.2 Roda de conversas: um momento de construção e partilha de saberes ...	53
3.5 Análise dos dados.....	55
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	59
4.1 Luta pelo território: resistência, protagonismo feminino e gestão coletiva...59	
4.2 Brotas de Macaúbas no mapa do potencial eólico da Bahia	65
4.3 Fragmentação das relações comunitária e disputas fundiárias	67
4.4 Ameaças à posse coletiva: a intensificação dos conflitos e das sobreposições territoriais	74
4.5 Formas de resistência, negociação coletiva e limites do enfrentamento.....	76
4.6 O que o contrato não diz: impactos coletivos e resistência nos territórios tradicionais	78
4.7 Territorialização do capital energético e impactos comunitários	84
5. PRODUTOS EDUCACIONAIS	87

5.1 Produto 1- Sistematização de um intercâmbio	87
5.2 Produto- 2: Oficinas para construção do Protocolo Comunitário CLPI.....	88
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXOS	103
Anexo A- Ofício denúncia conflitos fundiários.....	104
Anexo B- Pedido de desfiliação da ACOMPOV por sócios da comunidade de Boa Vista.....	109

1. INTRODUÇÃO

No cenário da América Latina, o Brasil consolidou sua posição estratégica no setor de energias renováveis, apresentando um crescimento contínuo na última década (AIE, 2023). Esse avanço é impulsionado, em grande medida, pela região Nordeste, que responde por mais de 90% de toda a energia gerada pela fonte eólica no país (CCEE, 2025). Nesse contexto, o estado da Bahia desponta como a principal unidade federativa, liderando o ranking nacional ao lado do Rio Grande do Norte juntos, ambos os estados são responsáveis por aproximadamente 65% da energia eólica produzida no Brasil (ANEEL, 2026).

Em janeiro de 2026, a Bahia atingiu a marca de 381 usinas em operação, totalizando 11,8 GW de potência outorgada e um investimento estimado em R\$ 77 bilhões (SDE, 2026). O estado apresenta um diferencial competitivo baseado em regimes de ventos constantes, estáveis e unidirecionais, com um potencial de geração anual estimado em 766,5 TWh. Além das usinas já em operação, o território baiano possui 185 empreendimentos com construção não iniciada, o que representa uma projeção de investimento futuro da ordem de R\$ 45,48 bilhões (ANEEL; SDE, 2026).

Entretanto, dados da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEÓLICA, 2024) revelam uma inflexão, em 2024, registrou-se pela primeira vez, um decréscimo no ritmo de expansão da capacidade instalada nacional em comparação ao ano anterior. Apesar dessa oscilação no ritmo de crescimento, o Brasil permanece entre os cinco países com maior capacidade total de geração de energia eólica no mundo (ABEEÓLICA, 2024).

A expansão dessa matriz, frequentemente apresentada sob argumento da sustentabilidade, ocorre em um momento de crise climática global. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023), o aquecimento global já atingiu 1,1 °C acima dos níveis pré-industriais, gerando danos irreversíveis aos ecossistemas. Tais impactos, contudo, manifestam-se de forma desigual, afetando desproporcionalmente populações do Sul Global e coletividades em situação de vulnerabilidade climática (IPCC, 2022). No Brasil, o afrouxamento da legislação ambiental em períodos recentes intensificou a pressão sobre os biomas, acelerando processos de degradação que comprometem a reprodução da vida em territórios tradicionais.

O município de Brotas de Macaúbas, pioneiro na implantação de usinas eólicas

na Bahia em 2012, exemplifica as contradições desse modelo. O avanço do extrativismo energético sobre as serras do sertão promove uma reconfiguração dos modos de vida comunitários. Sob a ótica do desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2005), a expansão eólica revela dinâmicas de acumulação por espoliação, resultando em conflitos socioterritoriais e na violação de direitos coletivos, como o direito à Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa Fé, (CLPI) assegurado pela convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nesse cenário, a transição energética entendida neste trabalho não apenas como uma substituição tecnológica, mas como uma mudança estrutural da base de recursos do sistema energético que deve conciliar o equilíbrio biofísico do planeta com a justiça social (Ferraz, 2025), é frequentemente pautada como solução para a crise climática. Mas, quando dissociada das causas estruturais, essa transição limita-se a um modelo de capitalismo maquiado de verde que replica lógicas neocoloniais. A racionalidade que converte bens naturais em mercadorias incide de forma intensa sobre mulheres camponesas, indígenas e afrodescendentes, cujos corpos-territórios são atravessados por opressões interseccionais de gênero, raça e classe. Nesse contexto, as ideologias alimentadas pela força do capital operam de maneira articulada. De acordo com Baster (2018), Gaona e Silva (2024), essa articulação produz efeitos perversos que recaem sobretudo sobre corpos feminizados incluindo mulheres e dissidências de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que se estendem à própria natureza, igualmente capturada e subordinada às lógicas de exploração.

No interior das opressões produzidas pelo capitalismo patriarcal, colonial, essas mulheres constroem práticas de enfrentamento, forjam formas próprias de resistência e afirmam modos de existência que desestabilizam a ordem hegemônica. O caminho trilhado pelo sistema capitalista tem se revelado estruturalmente insustentável e, não faltaram vozes para denunciar a sua insustentabilidade. Muito mais que denunciar a lógica do capital, essas vozes, anunciam alternativas ao neo-extrativismo e produzem outros caminhos inscritos nas lutas socioambientais e na defesa da vida.

Se a linguagem hegemônica da transição apresenta a receita mágica da descarbonização, ou seja, a redução de Gases de Efeito Estufa (GEE) sob uma lógica mercantil como solução, emergem vozes insurgentes que denunciam o caráter monocultural desse modelo. Esta pesquisa propõe que pensar a transição energética

exige despatriarcalizar o modelo energético conceito aqui entendido como a ruptura com a raiz das violências estruturais que sustentam as dinâmicas de poder sobre a natureza e os corpos feminizados.

Esta pesquisa estabelece uma relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030, sobretudo no que diz respeito à igualdade de gênero (ODS 5); energia limpa e acessível (ODS 7) e ação global contra a mudança do clima (ODS 13). A luta das mulheres das comunidades tradicionais de fundo de pasto em defesa de seus territórios amplia esse alcance ao questionarem o desmatamento, ao delimitarem, a partir de seus saberes, quais árvores não devem ser suprimidas e ao problematizarem os impactos do extrativismo energético, elas expressam outras formas de relação com a natureza, zelando pelo equilíbrio hídrico (ODS 6), pela conservação da biodiversidade e dos ecossistemas terrestres (ODS 15) e pela segurança alimentar (ODS 2).

De forma transversal, este trabalho dialoga com a erradicação da pobreza (ODS 1), a redução das desigualdades (ODS 10) e a promoção de comunidades sustentáveis (ODS 11), quando evidencia que a defesa dos territórios e dos modos de vida tradicionais é fundamental para a reprodução da vida. Ao analisar os impactos da expansão eólica, a pesquisa mostra como a perda de acesso à terra, à água e aos bens comuns aprofunda desigualdades. Nesse sentido, a preservação desses modos de vida é base para a justiça climática (ODS 13).

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC, 2025), o município de Brotas de Macaúbas apresenta um cenário paradoxal. Enquanto os indicadores de energia e ação climática (ODS 7 e 13) são classificados como de nível alto, os indicadores de igualdade de gênero (ODS 5) e de proteção à vida terrestre (ODS 15) permanecem em níveis muito baixos. Essa disparidade expõe os limites de um modelo de desenvolvimento que avança em metas de descarbonização, mas não se converte em justiça social e ambiental.

Como propõe o ODS 5, é necessário garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública (ODS5-5.5). Elas têm muito a contribuir, a luta das mulheres agricultoras em defesa dos territórios é determinante para a reprodução da vida.

Assim, a presente pesquisa privilegia o diálogo e a escuta sensível, buscando compreender como os processos de opressão atravessam os corpos e as

experiências das mulheres camponesas. Ao analisar como essas dinâmicas se manifestam no cotidiano, o estudo pretende contribuir para a construção de saídas justas e emancipatórias, formuladas a partir do protagonismo feminino, em resposta aos desafios impostos aos seus territórios e modos de vida.

1.1 Problema

De que modo o protagonismo das mulheres das comunidades tradicionais de fundo de pasto se manifesta nas estratégias de resistência e defesa do território tradicionalmente ocupado diante da expansão dos projetos de energia eólica?

1.2 Hipótese

Parte-se da hipótese de que as mulheres da Associação Comunitária de Mangabeira e Povoados Vizinhos (ACOMPOV) constroem formas próprias de resistência, articulando práticas solidárias, saberes ancestrais e estratégias políticas de enfrentamento, forjando táticas de luta que reafirmam a inseparabilidade do corpo-território e identidade coletiva.

1.3 Objetivo Geral

Analisar as táticas de luta e resistência construídas pelas mulheres agricultoras de comunidades de Fundo de Pasto de Brotas de Macaúbas-BA, no enfrentamento aos conflitos socioterritoriais decorrentes dos projetos de energia eólica.

1.4 Objetivos Específicos

- Identificar mobilizações em defesa do território lideradas pelas mulheres de comunidades tradicionais de Fundo de Pasto de Brotas de Macaúbas-BA;
- Compreender como as mulheres territorializam os espaços comunitários e constroem sentidos políticos de territorialidades;
- Fomentar a construção do protocolo comunitário de consulta e consentimento prévio, livre e informado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Comunidades Tradicionais e suas Territorialidades

É evidente a existência de uma multiplicidade de grupos culturalmente diferenciados. Essa diversidade se manifesta através da composição étnica, racial e cultural. As experiências de vida acumuladas nas relações do viver em comum e da reprodução das práticas ancestrais, vão definindo e dando sentido às comunidades tradicionais¹. Por tanto, pensar as aproximações de uma definição das comunidades tradicionais envolve um conjunto de elementos que se integram para formar o todo.

Conforme o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define povos e comunidades tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

As comunidades tradicionais foram constituídas e seguem num movimento de construção e reconstrução identitária tecida a partir de um conjunto de relações sociais que diferentes grupos culturais estabelecem por meio das interações com o ambiente em que se vive. As experiências compartilhadas, a partilha cotidiana e o viver em comum, delineiam o sentido profundo da comunidade. Brandão (2015, p.26) afirma que “ comunidade é paráfrase do lugar humano. É aquilo que se cria como espaço de vida quando ali se vive”. O que define a singularidade de cada comunidade são as pessoas que a compõem e os vínculos que constroem entre si e com a natureza. As práticas do viver em comum de cada grupo, apresentam especificidades impressas em seus modos de vida ancestrais, dão forma às suas identidades e territorialidades.

¹ As comunidades tradicionais são tratadas na lógica da produção capitalista como improdutivas, ultrapassadas e como atraso para o “desenvolvimento” do país, fora do padrão de modernidade. Essa retórica depreciativa é um tanto presente na fase em que as empresas tentam fazer as negociações fundiárias (a terra não é um negócio) e há resistência da comunidade.

Comunidade é o lugar onde as pessoas vivem, constroem relações e compartilham experiências. É um espaço vivo, socialmente construído e reúne significados, memórias afetivas que expressam identidades, culturas e formas de organização coletiva. Nela, os sujeitos não apenas habitam, mas integram, resistem e criam estratégias de sobrevivência. Portanto, a comunidade é também um lugar político, simbólico e afetivo, moldado pelas práticas sociais, econômicas e culturais que nela se realizam.

Falar de comunidades tradicionais significa dizer que não é só passado, mas sobretudo, são memórias vivas que estão presentes nas vivências nos saberes e no jeito peculiar de conduzir a vida. As labutas cotidianas, dificuldades, formas de manifestar fé, religiosidade, laços de solidariedade, o modo de relacionar com a natureza, cuidado, cosmovisões, defesa do território, conforme as práticas ancestrais, são relações fundamentadas nos princípios da convivência, respeito, harmonia, comprometimento e pertencimento.

O vínculo firmado com as terras tradicionalmente ocupadas e com seus bens naturais, marcado por relações próprias e por um valor afetivo profundo atribuído com esse lugar de existência, confere um sentido maior, fazendo com que seja assumida a qualificação de território. Território nesse sentido, transcende os limites geográficos, projetando-se para além do espaço materialmente demarcado e constituindo-se como uma construção social permeada por dimensões simbólicas, espirituais, místicas, políticas e econômicas que estruturam a vida coletiva (Souza; Brandão, 2012).

Os acontecimentos históricos que mantêm viva a memória coletiva de um povo, ficam gravados no território, conferindo-lhe profundidade simbólica, o que reforça a noção de lugares sagrados que orientam o modo de vida, a visão de mundo e as formas de organização social da comunidade. O território, assim, apresenta-se como um espaço vivo, atravessado por memórias, práticas, e significados que extrapolam a materialidade física. Nessa linha, Souza e Brandão (2012, p.111) destacam que “o território é dinâmico, os limites e as fronteiras perdem suas características principais, dando lugar para a referência significativa na vida das pessoas.”

Esses elementos que configuram a partilha de um território que é vivenciado e zelado como um patrimônio comum, assim como a construção identitária de um nós no sentido mais profundo de coletividade, se resume em uma palavra: Pertencimento,

moldado em histórias, afetos e práticas compartilhadas. É esse sentimento que guia os modos próprios de ser, viver e interpretar o mundo.

Do ponto de vista histórico, cabe ressaltar que povos e comunidades tradicionais têm estruturado sua existência em constante movimento de luta e resistência. As marcas da colonização produziram formas persistentes de exclusão racial e desigualdade no acesso à terra, configurando aquilo que Martins (2013, p.10) sintetiza ao afirmar que “o cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje”. Nesse contexto, a concentração fundiária, a improdutividade e o desrespeito aos limites ecológicos das terras geradas pelo modo de produção capitalista, caracteriza formas de aprisionamento da terra que aprofundam desigualdades sociais, violam direitos humanos e produz múltiplas injustiças. Tal cenário compromete o bem-estar coletivo ao perpetuar a exclusão de grupos que da terra para viver, produzir e garantir sua existência, além de intensificar danos socioambientais, como a escassez hídrica, degradação de ecossistemas e agravamento dos desequilíbrios climáticos.

2.1.1 As Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto

Num esforço de compreender melhor como surgem as comunidades tradicionais de fundo de pasto, é necessário retomar ao processo de colonização portuguesa em 1500, ainda que de forma muito breve. Mas, antes de tudo, é necessário registrar que antes da invasão, os povos originários já ocupavam e faziam a auto gestão territorial. Com a invasão portuguesa, o modelo autogestionário do território praticado pelos povos originários foi desconsiderado e se instaurou as capitanias hereditárias. Neste contexto, é estabelecido o sistema de produção chamado *plantation* baseado na monocultura e mão de obra escravizada de indígenas e africanos. Para ampliar a apropriação de terras pela coroa portuguesa, instituiu-se as sesmarias que se tornaram a base da consolidação do latifúndio no sertão brasileiro (Marques, 2016).

As sesmarias eram um sistema jurídico de distribuição de terras de origem portuguesa, importada para o Brasil com a função de regular a posse e o uso da terra. Ordenamento fundamentado na concessão de áreas muito extensas de terras a aliados da coroa portuguesa. Essa metodologia de distribuição concentrada marcou profundamente a história e a geografia brasileira, desenhando uma estrutura fundiária

sob a lógica da exclusão.

As maiores concessões coloniais de terra ocorreram na região Nordeste (Ferraro Júnior, 2008). Na Bahia, foram concedidas faixas extensas de terras, a duas famílias influentes, Garcia D'Ávila (Casa da Torre) que se tornou o maior latifúndio da América Latina e Guedes de Brito (Casa da Ponte) (Pacheco *et al.*, 2025). Ferraro Júnior (2008) associa a origem das comunidades tradicionais de fundo de pasto a partir das sesmarias, dos currais das casas da Torre e da Ponte. No entanto, Alcântara (2011), assevera que para melhor compreender o percurso que resultou no surgimento dessas comunidades, é necessário desfazer alguns nós e um deles é a restrição da formação dos fundos e fechos de pasto ao período colonial. Embora, esse contexto histórico tenha marcado seu modo de vida, as comunidades têm se constituído em momentos diferentes, inclusive na contemporaneidade. Essas comunidades ganharam visibilidade ao passo em que os conflitos de grilagem das chamadas terras devolutas foram se intensificando (Alcântara; Germani, 2009).

A realidade desses territórios é dinâmica e plural, expressando possibilidades históricas múltiplas. Outro nó que precisa ser desfeito de acordo com Alcântara (2011), é que o modo de ocupação, não se limita na ocupação de áreas vazias, as origens não são homogêneas, mas inclui a doação, compra, ou herança, revelando diversas estratégias de reprodução camponesa no semiárido baiano e não apenas a ocupação das terras devolutas. Outro ponto discutido pelo autor é que a origem dos moradores não se deu apenas por laços de parentesco, ainda que esse vínculo tenha se fortalecido ao longo do tempo como um método de reprodução da vida e do trabalho.

Do mesmo modo, a identidade desses grupos não é homogênea nem fixa, mas se encontra em permanente construção, articulada tanto pelo modo de vida compartilhado quanto pelo processo político de luta pela terra. Logo, com as comunidades de fundo de pasto não é diferente, elas não possuem uma identidade uniformizada, mas, uma identidade em movimento. Cada comunidade possui suas particularidades, tentar padronizá-las é negar a diversidade existente.

A luta na terra, pela permanência na terra, ou pela retomada dos territórios expropriados pelas forças devastadoras do capital é uma questão central na história dos fundos de pasto. Graças a luta e resistência ao modo de produção capitalista que avança sobre os territórios de vida com toda voracidade que tem sido possível a nossa permanência na terra que você sob constante ameaças.

Essas lutas são dinâmicas e vão delineando a identidade das comunidades

como afirmação política. A identidade é nutrida e sustentada por valores ancestrais constituídos por aqueles e aquelas que nos antecederam e praticavam um modo de vida singular que se diferencia pelo jeito de viver, de se relacionar com o território.

Em síntese, as comunidades de fundo e fecho de pasto são constituintes do campesinato brasileiro e ocupam as terras comunitárias, que são chamadas pelo estado de terras devolutas no sertão baiano. A convivência com o semiárido é moldada a partir dos saberes ancestrais que sustentam a sua reprodução sociocultural.

Instaladas em terras em que o estado chama de devolutas, mas para os povos que nelas habitam, são terras comunitárias, as comunidades ocupam, vivem, resistem e existem em seus territórios há mais de 200 anos. Com um jeito singular de viver e conviver no sertão, baseado no uso comum e socioprodutivo do território ancestralmente ocupado, apresentam características de origens de povos indígenas, de populações afrodescendentes que escaparam dos latifúndios escravocratas. Tais características se revelam na relação de convivência e conservação da biodiversidade da caatinga e do cerrado.

A ACOMPOV é composta por cinco comunidades, das quais quatro se auto reconhecem como tradicional de fundo de pasto (Mangabeira, Papagaio, Mata do Eufrásio e Malhada), a comunidade de Fundo de Largo, embora possua as características, não se auto reconhece como tal.

Enquanto identidade política assumida, essas comunidades são relativamente novas. No entanto, o modo de vida, é praticado há muito tempo, estima-se há aproximadamente 200 anos. Houve uma autoidentificação em um momento em que sofria-se um ataque à conservação identitária e aos direitos ancestrais, promovido pelo Estado, através da imposição do prazo de até 31 de dezembro de 2018, para que as comunidades se auto identificarem e protocolassem os pedidos de emissão da certidão de autorreconhecimento e de regularização fundiária de seus territórios, junto aos órgãos competentes. Este prazo foi estabelecido pela Lei estadual de nº 12.910 de 11 de outubro de 2013 e após muita lutas e mobilizações das comunidades, foi derrubado. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal confirmou a inconstitucionalidade do marco temporal imposto pela legislação baiana. Uma importante vitória para as comunidades que recuperaram o direito de autoconhecimento em qualquer momento.

Somava-se a este marco temporal, o interesse de ampliação da primeira usina de energia eólica da Bahia, instalada em uma área de uso comum de grande

importância, localizada nas comunidades de Sumidouro e Boa Vista, mas utilizada por diversas comunidades do entorno. Observando o risco de grilagem da terra e os conflitos gerados entre as comunidades, a preocupação em buscar a regularização fundiária só aumentava.

Em 2016, iniciou-se o processo de autorreconhecimento das comunidades enquanto tradicionais de fundo de pasto e em 2017 foram certificadas pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e Povos e Comunidades Tradicionais (SEPROMI), uma conquista significativa, mas ainda precisava-se lutar pela regularização fundiária dos nossos territórios.

A solicitação da regularização fundiária junto às Superintendência do Desenvolvimento Agrário (SDA), tanto das áreas de uso comum como das individuais foi feita desde 2015. O Estado não tem mostrado agilidade em resolver as demandas das comunidades, mas como uma das áreas de uso comum era a área de interesse para ampliação da usina eólica, se encaminhou de forma mais rápida.² Em 2019, iniciou-se o as medições das áreas de uso comum. Neste mesmo período, a Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto e outros movimentos sociais, discutiam, o Contrato de Concessão o de Direito Real de Uso (CCDRU), instrumento legal para regularizar a ocupação dessas áreas e garantir³ o direito ao território.

A medida em que as terras comunais passaram a ser cobiçadas para saciar a sede insana do modo de produção capitalista através dos chamados projetos de interesse público, que servem a um público o qual não estamos incluídos. O território passou a ser fortemente disputado entre os moradores que querem apenas permanecer na terra e continuar o nosso modo de vida. As grandes empresas que chamam as terras comunais de improdutivas, mas querem se apropriar delas a todo custo. Em meio a esse contexto de disputas, o sentido político de territorialidades constituído pelas comunidades, ganha visibilidade.

É como se a identidade estivesse adormecida e se desperta para uma nova

² Adicionalmente, em 2019, nós, lideranças comunitárias e mulheres, estávamos sofrendo ameaças de morte por um sujeito que em suas mensagens, deixou evidente que tinha interesse em arrendar individualmente a área de uso comum para ampliação da usina eólica. Denunciamos esta situação à SDA, SEPROMI e Grupo Especial de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos (GEMACAU), que reforçou a necessidade de regularização fundiária como mecanismo de prevenção desse tipo de conflito. Neste mesmo ano, iniciou-se o processo de medição das áreas de uso comum das comunidades componentes da ACOMPOV.

³ Embora a regularização fundiária seja uma conquista muito importante para as comunidades, não tem sido suficiente para imunizá-las das doenças contemporâneas, mas é um mecanismo que fortalece suas condições de combate.

realidade em que é necessário afirmar o tempo todo que o modo de vida, fazer ecoar a voz em diversos espaços para que o mundo saiba. Para garantir a nossa reprodução temos que lutar, resistir a este modelo de desenvolvimento que tenta devorar a nossa existência.

O uso comum da terra configura-se como uma prática contra-colonizadora, na qual tudo o que é produzido é utilizado em benefício de todas as pessoas. A acumulação para interesses individualistas, por sua vez, integra as ideologias colonizadoras e capitalistas. Em contextos comunitários, o armazenamento destina-se à coletividade, visando suprir necessidades em períodos de escassez decorrentes das irregularidades climáticas e para sustentar as festividades e rituais que reforçam os laços comunitários (Santos, 2015). Essa lógica de partilha não apenas assegura a sobrevivência material, mas preserva formas próprias de organização social, marcadas pela reciprocidade, pela responsabilidade coletiva e pela contínua reafirmação de vínculos identitários.

O modo de vida constitui a forma pela qual as comunidades escolhem para se relacionar com os territórios, mobilizando saberes ancestrais acumulados ao longo dos tempos e guiados pelas experiências da biointeração. A biointeração é entendida como as experiências comunitárias vivenciadas pelos quilombos e demais povos e comunidades tradicionais que se relacionam com a natureza de forma sadia, respeitosa e bonita, comunicando-se com ela, percebendo-se como parte dela.

Biointeração é uma epistemologia contra colonial que rompe com a ideia de natureza intocável e propõe uma integração de princípios para uma convivência que permite extrair, utilizar e reeditar (Santos, 2023). Extrair o que a terra oferece é essencial na reprodução da vida, mas é necessário que seja utilizado com responsabilidade e fazer a reedição para garantir a continuidade do ciclo da vida. Reciprocidade, troca mútua, e convivência interdependente, são pontos chave para a conservação das relações sociais e reprodução cultural (Pacheco *et al.*, 2025).

A multiplicidade de relações compõem uma rede tecida por muitos fios, que compreende desde a reprodução social, sob a perspectiva dos elementos materiais, como da salvaguarda da memória coletiva e dos elementos simbólicos que alimentam a trajetória de luta e resistência. Esse modo de vida se expressa no uso comunal das terras soltas, sem cerca, destinadas principalmente para a criação de animais soltos (caprinos, ovinos, suínos e gado), extrativismo de frutos nativos, plantas medicinais. Nas áreas individuais, a atividade predominante é a agricultura familiar de base

agroecológica, ou em processo de transição agroecológica.

As terras que estas famílias ocupam tradicionalmente eram consideradas “soltas”. Uma terra ser denominada “solta” designa que alguns recursos, que nela se encontram, estavam “abertos” ao uso “público”. Particularmente em localidades de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, esta denominação, “soltas”, se referia à possibilidade para o pastejo de animais. (Carvalho, 2014, p.3).

Alcântara e Germani (2009) apontam que muito embora a denominação Fundo de Pasto não tenha nascido dos reais ocupantes desses territórios, estes assumem tal denominação como identidade em construção, o termo utilizado era terras soltas. Terra solta porque não é cercada, são terras livres que ficam no fundo das roças das famílias, onde os animais são criados soltos, é onde também se pratica o extrativismo sustentável de frutas nativas dos biomas caatinga ou cerrado.

A gestão dessas áreas tanto de uso comum, como de uso individual não ocorre isoladamente, mas de forma integrada, complementar e interdependente (Bastos, 2020). Um modo de organização social que conectam as relações comunitárias com o trabalho familiar, através de laços de parentesco, compadrio, vizinhança, tendo a cooperação e a solidariedade como valores intrínsecos ao modo de vida dessas comunidades. A resistência pela continuidade dos seus modos de vida, a luta pela permanência na terra marcam o histórico dos fundos de pasto. Sendo estas as estratégias coletivas que fortalecem suas territorialidades.

A chegada de empreendimentos (energias, mineração, linhas de transmissão) nessas comunidades, propicia a grilagem de terras. Como forma de se resguardar desse problema, as famílias tiveram que cercar as terras localizadas nas áreas individuais. A disponibilidade de terras soltas, “abertas” ao uso público, foi significativamente reduzida.

As comunidades de Brotas de Macaúbas são territórios de vida, de luta e resistência. As relações que estabelecemos com a natureza, consideram os aspectos históricos e culturais, questões espirituais, as formas de cultivo da terra, entre outras vivências consagradas em nossos modos de vida. As comunidades se organizam através do associativismo, cooperativismo, grupos produtivos, sindicatos, entre outras organizações e buscam parcerias que fortaleçam a luta pelo acesso e permanência à terra, frente às ameaças que os cercam.

Estes povos e “comunidades” estruturam seu modo de vida através da relação que estabelecem com terras que tradicionalmente ocupam. E são exatamente essas terras que são cobiçadas na expansão de diversos interesses econômicos¹², que objetivam apropriar-se dos recursos naturais nelas localizados. (Carvalho, 2014, p.3).

As ameaças às comunidades são crescentes, mas as estratégias de enfrentamento vão se qualificando nas lutas junto a outras comunidades que são afetadas pelos mesmos problemas, ou semelhantes. A ocupação tradicional das terras se dá de forma individual e coletiva. A autogestão feita pelas famílias é fundamental para continuidade desse modo de vida, onde o uso das áreas individuais e coletivas ocorrem numa dinâmica de interação mútua, ou seja, os usos das áreas individuais e coletivas ocorrem numa relação de interdependência.

A área coletiva é gerida com base no estabelecimento de regras pactuadas em conjunto de forma que não está escrita, mas que todo mundo sabe. Ninguém é dono, mas todas as pessoas do território usam. As famílias estabeleceram relações com o espaço de uso comum a partir da organização coletiva e compartilham desses espaços através de suas próprias regras praticadas secularmente, que inclui a proteção dos bens naturais contra a exploração predatória do capital, sendo esta uma condição necessária para a reprodução social do seu modo de vida.

Quando um empreendimento de energias renováveis, ou mineração manifesta interesse em se instalar no território, desmantela essas relações. O que era compartilhado coletivamente tende a ser individualizado, numa perspectiva de domínio e de uma apropriação privada. Um determinado membro comunitário que possui uma área individual vizinha da coletiva, ou seja, do fundo de pasto, é incentivado pela interessada a cercar parte da coletiva e tomar decisões individuais que afetam todo o coletivo, em nome de interesses econômicos próprios.

2.2 Defender o corpo é defender a terra: protagonismo feminino na defesa do corpo-território

A noção de território adotada neste trabalho dialoga diretamente com a contribuição de Milton Santos (1998), especialmente a partir do conceito de território usado, que se afasta de uma compreensão eurocêntrica do território concebido como

mera abstração jurídico-política. Para Santos (1998), o território é entendido como prática social, constituída pelos usos, pelas relações sociais, pelo trabalho e pelas resistências que nele se produzem. Essa perspectiva possibilita articular território e identidade, reconhecendo-o como espaço vivido e apropriado coletivamente. Ao mesmo tempo, tal concepção distancia-se de abordagens restritas e se insere em uma perspectiva decolonial e contracolonial, na qual território, corpo e identidade são dimensões indissociáveis.

Para Santos (1988), o território é compreendido como espaço vivido e historicamente produzido pelas relações sociais, no qual se articulam usos, conflitos e resistências. Como destaca Porto-Gonçalves (2012), toda apropriação material é também simbólica, pois não há uso do território sem significado, o que exige superar a separação eurocêntrica entre sociedade e natureza e reconhecê-lo como construção social atravessada por relações de poder.

Nessa leitura, a expropriação territorial ultrapassa a perda material da terra e opera também sobre os modos de vida, as identidades e os corpos dos (as) sujeitos que a habitam, configurando um processo sistemático de desterritorialização que impactam dimensões físicas, simbólicas, espirituais e corporais da existência comunitária.

Os processos de opressão que sofrem as mulheres camponesas frente a territorialização do projeto extrativista, resulta de manifestações conjuntas de formas de dominação e exploração que se articulam produzindo violências derivadas da violência estrutural. Segundo Santos (2001, p.47), “ a violência estrutural está na base da produção das outras e constitui a violência central original”.

Capitalismo, racismo e patriarcado, são pilares colonialistas que interagem e se sustentam numa relação recíproca. Akotirene (2019), à luz da interseccionalidade, as interações entre as avenidas identitárias, atravessam a vida das mulheres camponesas que em sua maioria, são mulheres negras, de forma individual e coletiva. Neste contexto, afloram as trajetórias marcadas pela discriminação ou privilégios. Em um cenário de acumulação por espoliação, regime de expropriação de terras e cerceamento do comum, através dos grandes projetos de “desenvolvimento” os processos de opressão são agravados pelas complexas desigualdades, violência e exclusão, em que repetidas vezes, as mulheres, especialmente as negras são expostas.

Logo, a luta anticapitalista é inseparável das questões de gênero e da luta

antirracista. Sendo o patriarcado um sistema que ordena um conjunto de relações, sociopolíticas, econômicas e simbólicas e coloca o homem no centro do poder, é a fonte originária das formas de violências e tentativas de dominação que afetam mulheres diversas e outros corpos feminizados. Conforme Tárrega (2019, p. 92), o patriarcado é “fonte primária das situações que entendemos como violência sistêmica”.

Em meio a tudo isso, são tecidas resistências, cujas autorias dessas tecituras são majoritariamente femininas. Tárrega (2019) nos convida a pensar esse tecido de insubmissões como uma força perturbadora que balança as estruturas do patriarcado que sustentam as violências sociais contemporâneas. O protagonismo das mulheres em defesa do corpo-território contra as tramas coloniais refletidas no modo de produção capitalista, reivindica soberania alimentar, proteção dos modos de vida, dos saberes ancestrais, proteção de vidas humanas e não humanas.

O que se observa nas comunidades tradicionais de fundo de pasto, é uma aproximação dessa cosmovisão das mulheres indígenas. O corpo das mulheres negras nessas comunidades pode ser compreendido como um território vivo, histórico, político e também inseparável da terra, da memória e identidade. A noção de corpo-território revela o corpo das mulheres para além de uma entidade isolada, ou puramente biológica, mas como território atravessado por experiências coletivas, pela ancestralidade e relações de pertencimento.

Conforme Coradin e Oliveira (2024), há uma relação umbilical entre o corpo das mulheres e os modos de vida e as identidades, às florestas, aos campos, às águas e aos coletivos comunitários existentes em seus territórios de vida. O território onde há envolvimento, onde acontecem as múltiplas relações humanas, é a base da nossa identidade atravessada pela solidariedade, contradições, lutas e resistência, que atravessam também o corpo das mulheres. Afirmar essa profunda conexão entre corpo e território é entender que não se separa natureza e sociedade (Chaves, 2021).

Identidade neste contexto, se apresenta como movimento e não como algo fixo. Como processo dinâmico contínuo de ser e vir a ser, marcado por transformações experimentadas pelo corpo-território. As experiências da colonização produziu e continua a produzir opressões históricas que se renovam deixam marcas físicas, psicológicas e sociais nos corpos racializados, principalmente das mulheres e dos territórios onde vivem.

A partir de seus corpos e territórios, elas questionam impactos de grandes

empreendimentos, que constituem uma modernidade insustentável orientada pelo crescimento econômico que privilegia interesses individuais, em detrimento aos coletivos (Leff, 2015). Embora as violências múltiplas se inserem no corpo-território, nele também é experimentada a resistência, a luta pela autonomia, dignidade e justiça social. Ou seja, a partir do corpo-território elas subordinam e confrontam as ordens dominantes.

Nas comunidades tradicionais de fundo de pasto, o corpo das mulheres se vincula ao território como lugar de pertencimento, trabalho cuidado, reprodução da vida coletiva. Esse vínculo aparece no trabalho na agricultura familiar, nos saberes acumulados e compartilhados, na economia solidária, nas estratégias de sobrevivência e autonomia. As violências territoriais como a expropriação da terra, acaba por expropriar também suas identidades e reciprocamente ao defenderem o território, defendem também os seus corpos.

Sob esse olhar e em conformidade com Hooks (2013) quando diz que a prática pedagógica não se limita a sala de aula, mas se estende para a vida cotidiana, o corpo-território pode ser compreendido como provedor de práticas educativas emancipadoras. De acordo com Oliveira (2024), as mulheres no/do campo produzem pedagogias próprias enraizadas no território, na oralidade, na memória e na coletividade. Visto que é um corpo que aprende, mas que também ensina, na concretude das experiências vividas. Uma pedagogia que desafia a ordem colonial e que se constroi na relação com a terra, com o trabalho e na vida coletiva.

2.3 As Serras do Sertão no Circuito da Acumulação Global

O paradigma que persiste na noção de desenvolvimento desde a colonização, se propõe acompanhar as trajetórias sociais. Atualmente, essa noção está cada vez mais requintada e busca alcançar um papel mais eficiente na valorização do capital. O paradigma do desenvolvimento “sustentável” impõe os mega empreendimentos de energias renováveis (eólica, solar) como caminhos ecológicos a serem percorridos na luta contra o aquecimento global e a crise climática e se coloca a caminhar em direção a um futuro incerto e perigoso (Dourado *et. al.*, 2024). O (des) caminho da transição energética, termo que atores hegemônicos utilizam para nomear os investimentos em megaprojetos de geração de energia elétrica a partir das fontes renováveis (Gaona, 2022).

Para alargar o suposto campo ecológico proposto pela transição energética, as energias renováveis são caracterizadas como fonte “limpa e sustentável”, já que contribuem significativamente com a redução de GEE. No entanto, Lima (2022) alerta que ao atribuir estes adjetivos, omite um conjunto de processos e informações que somente são identificados no cotidiano dos lugares atingidos por estes empreendimentos.

Este ciclo é marcado por um conjunto de crises que interagem e se reforçam mutuamente para aprofundar os problemas já existentes. Segundo (Bringel; Svampa, 2023) são crises inter-relacionadas que produzem danos maiores do que a soma do que produziria isoladamente. E uma vez que intensamente entrelaçadas, converge em uma polícrise civilizacional que se inaugura. Todo este cenário exige que seja repensado o modelo civilizacional ordenado pela reprodução sem limites do capital e nos coloca à beira da extinção em massa.

O novo pacto capitalista global propõe a mudança da matriz energética baseada em fontes emissoras de GEE, para fontes sem emissão de carbono, como mecanismo de refreio às mudanças climáticas. Svampa e Bringel (2023) chamam este movimento de “Consenso de descarbonização”. Os autores utilizam o termo para caracterizar o processo político no qual se sustenta o colonialismo energético. As falsas soluções propostas, promovem a acumulação por descarbonização e dão continuidade ao modelo de relação predatória com a natureza.

O consenso de descarbonização não se define apenas pela exploração intensiva dos bens naturais, mas sobretudo pela transformação de territórios ancestrais em campos de concentração de violências. Neste sentido, é assumida uma postura de descompromisso com as comunidades, de negação dos conflitos socioterritoriais vivenciados pelas comunidades e intensifica o racismo ambiental. Numa perspectiva do desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2005; Lima, 2022) reforça a relação centro periferia e confina os países periféricos a uma condição de zonas de sacrifícios (Bringel; Svampa, 2023).

É curioso que a mesma lógica produtora do problema, agora propõe a solução a partir do consenso da descarbonização. No entanto, a mera substituição das fontes de energia convencionais pelas renováveis, sem ruptura dessa lógica capitalista centralizada, concentrada não promove uma transição socioecológica como anunciam os atores contra-hegemônicos, mas uma transição extrativista. Como aponta Gaona (2022) o capital se veste de “verde” estrategicamente não só para descarbonizar a

economia, mas sobretudo para fortalecer o processo de acumulação de capital financeiro.

Ao contrário do que propõe o “Consenso de Descarbonização”, a energia deve ser pensada como um direito e a democracia/soberania energética como um horizonte para sustentar o tecido da vida. A justiça ecossocial deve visar a eliminação da energética e o desmantelamento das relações de poder. (Bringel; Svampa, 2023 p. 16).

Sem incorporar o sentido de urgência que a situação exige e nem os conceitos de equidade ou justiça ecossocial, o consenso de descarbonização perpetua as dinâmicas padrões de acumulação do capital em escala global e fortalece os dispositivos de dominação neocolonial dos países do Norte Global, sobre as economias do Sul Global. Desse modo, produz mais degradações sociais e ambientais endereçadas a povos e comunidades tradicionais. Com o apoio do Estado, o poder corporativo se expande nos territórios em detrimento aos direitos e autonomia desses povos. (Gaona; Rátiva-Gaona, 2023).

O extrativismo energético é um problema estrutural nas atuais relações, estabelecido com a colonização. Orientado para acumulação do capital, o sistema energético vigente articula as matrizes coloniais e constitui uma rede densa de estruturas de dominação que acompanha a nossa existência. Em síntese, pode ser nomeado de capitalismo patriarcal colonialista (Gaona, 2020).

2.5 Lutas emancipatórias em defesa da vida

É nesta condição histórica de direitos violados, que germinam as lutas emancipatórias e insurgentes dos movimentos sociais, protagonizados em sua maioria por mulheres. Embora apresentem limitações, têm mostrado potenciais formas de fazer política e fornecido fontes ainda que informais, potentes para formulação jurídica Wolkmer (2015). Leff (2015) argumenta que os novos movimentos sociais emergentes, advindos das lutas comunitárias, se apresentam como forças e resistências que suscitam a mudança compartilhada em torno do reconhecimento dos direitos coletivos, sob ótica da jusdiversidade. Essas proposições criativas e ousadas de modos de resistir, seja através das práticas cotidianas, caminham em direção ao alcance de outras esferas, outros ouvidos e outras linguagens de dignidade humana.

As pressões capitalistas sobre o território, tentam reduzi-lo em espaço físico, de produção de mercadoria. Em contraposição, por meio de formas diversas de produzir resistências, às comunidades reafirmam o território como espaço de vida e espiritualidade. Com o protagonismo das mulheres, as ações coletivas ganham movimento, tecendo os fios que sustentam a reprodução da vida e o fiar da existência. Em meio ao colapso ambiental e social, onde o saque dos bens naturais tem sido recorrente, a racionalidade hegemônica homogeneizante, deixa de fora o valor da diversidade cultural (Leff, 2015) e não reconhece a degradação dos territórios em sua totalidade.

Contudo, o colapso ambiental não é uma tragédia democrática, pois seus impactos recaem de forma desigual, sobre populações historicamente marginalizadas. Os rumos dessas desigualdades são definidos por decisões políticas e econômicas, concentradas nas mãos de poucos. Decisões estas que ausentes de diálogos, expressam o que Martinez-Allier (2007), chama de conflitos ecológicos distributivos, ao escolherem quais territórios serão convertidos em desertos, quais populações terão seus modos de vida expropriados, por exemplo.

A degradação expande cada vez mais agravando as desigualdades em um processo de “deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte de resíduos” (Martínez Alier, 2018, p.34). Trata-se, portanto, de um modelo que naturaliza o sacrifício de determinados territórios ao transferir os ônus ambientais para as populações socialmente subordinadas, sobretudo no Sul Global, em nome da reprodução do capital. Nesse contexto, geografia da injustiça socioambiental ganha espaço para aprofundar a dívida ecológica acumulada pelo Norte Global, em função da sua exploração exacerbada dos bens naturais do Sul.

Os danos ambientais provocados pelo seu modo de operar moderno/colonial são mascarados, assim como, não se reconhece a dizimação dos modos de vida das comunidades tradicionais anulando seus saberes em nome dos imperativos do capital que despreza e viola a vida, tratando os comuns como mera mercadoria. No entanto, Wolkmer (2015) assegura que toda essa marginalização é constituinte da razão motivadora e da condição de possibilidade de uma pluralidade de direitos elaborados por novos sujeitos sociais.

A emergência de novos sujeitos coletivos face às pressões do avanço da ordem capitalista no campo, aflora sentidos ocultos para o conceito de territorialidades. Essa transmutação revela a necessidade e a emergência dos saberes ancestrais para além

dos conhecimentos, mas também das experiências vividas na relação coletiva na/com a terra, jeito de viver e suas estratégias de sobrevivência e resistências, que se apoiam na ancestralidade enquanto fonte de sabedoria.

É também nesse horizonte que o protagonismo das mulheres se insere. Conforme destaca Martínez Alier (2018, p. 283), “as mulheres são portadoras de um papel socialmente construído como provedoras do *oikos*, portanto protestam quando a escassez e a contaminação da água, do ar e do solo ameaçam a sobrevivência das famílias”, reafirmando que a luta ecológica é, simultaneamente, uma luta pela vida, pelo território e pela justiça social.

Aqui é fundamental destacar a necessidade de analisar como se estruturam as relações de poder, que historicamente associaram o cuidado à condição feminina, naturalizando como “coisa de mulher” e impondo a elas essa responsabilidade de forma exclusiva. Conforme analisa Federici (2017) em *Calibã e a Bruxa*, o capitalismo se consolidou e se mantém, aproveitando do trabalho não pago das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Isso ocorre devido a sua desvalorização econômica e à imposição de uma divisão sexual do trabalho que confinou o cuidado à esfera privada, tornando-o invisível e não remunerado.

Sem uma análise crítica dessa estrutura, corre-se o risco de reproduzir as lógicas patriarcais que sustentam a desigualdade de gênero. As assimetrias de poder entre homens e mulheres são, portanto, intrinsecamente articuladas ao desenvolvimento capitalista. Não é por acaso, a sobrecarga do trabalho doméstico, a negação da autonomia financeira, a exploração e controle dos corpos femininos e a exclusão das mulheres como sujeitas políticas e de direitos. São arranjos que evidenciam como os elementos constitutivos da ordem patriarcal-capitalista se articulam para produzir as opressões. Nesse sentido, torna-se fundamental discutir o cuidado não como um fardo essencialista, mas como um eixo político de enfrentamento capaz de desafiar as estruturas coloniais e patriarcais que organizam a produção e a reprodução da vida.

2.6 Tecendo autonomia: Consulta Prévia, Livre Informada e de Boa fé

A consulta Prévia, Livre Informada e de Boa fé é um direito previsto

inicialmente na Convenção nº 169⁴ da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma organização internacional que integra o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Por séculos, o trabalho escravo e a servidão foram impostos aos povos indígenas e demais povos constituintes das populações tradicionais, confinando-os às condições de desvantagens. Diante disso, desde 1936 a OIT tem se dedicado à criação de normas internacionais que buscam reparar a longa história de escravização e servidão.

Ao criar normas de cima para baixo, inicialmente a OIT não atendia os anseios e necessidade desses povos, mas adotava uma postura integracionista que dava sequência à lógica da opressão. A metodologia proposta/imposta pela organização, padronizava estes povos e forçava-os a abandonar seu modo de vida para se inserir no mercado de trabalho⁵.

A história desde sempre tem sido de muita luta e resistência, as vozes insurgentes indígenas e de outras populações tradicionais ecoaram e fizeram nascer a Convenção nº 169, que surgiu graças a organização social desses povos que reivindicam o direito de serem reconhecidos com grupos suas especificidades e modo de vida próprio que deve ser respeitado. “A Convenção nº. 169 é a conquista da mobilização transnacional dos grupos etnicamente diferenciados” (Oliveira, 2016, p.13). Ou seja, um marco importante na luta pela autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais.

Após reivindicações por reconhecimento e respeito à identidade de cada povo, em seu artigo 1º, a Convenção nº 169 reconhece os grupos etnicamente diferenciados como aqueles em que “cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja

⁴ A convenção nº169 da OIT foi ratificada pelo congresso brasileiro em julho de 2002, através do Decreto nº143 e entrou em vigência em julho de 2023. Uma vez incorporada na legislação brasileira, se tornou tão importante quanto à Constituição Federal.

⁵ Esta metodologia de inserção dos povos no mercado de trabalho, se assemelha ao atual modelo de desenvolvimento e expansão do modo de produção capitalista em nossas comunidades. As usinas eólicas prometem a geração de emprego aos sujeitos comunitários e temporariamente chegam a empregá-los. Inseridos nesta lógica, estes sujeitos ficam quase que impossibilitados de praticar o modo de vida comunitário, pois a jornada de trabalho é exaustiva e desumana. Com apenas um dia de folga, geralmente os domingos, estes sujeitos aproveitam para se encontrar com os outros trabalhadores oriundos em sua maioria, de comunidades onde já instalaram usinas eólicas e foram transferidos para a instalação de novos (são trabalhadores pertencentes às comunidades dos municípios de Uibaí, Caetité, Campo Formoso, Souto Soares, Mulungu do Morro etc). Enquanto isso, as mulheres que raramente são empregadas, exercem um papel vital na reprodução social das comunidades.

regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições”. Assim, a necessidade de salvaguardar os territórios afirmada por estes grupos, é confirmada pela Convenção nº169, que passa a reconhecer também que a conservação dos modos de vida é uma condição necessária à garantia da existência desses povos.

Sob uma perspectiva intercultural dos direitos humanos, a Convenção nº169 tem como fio condutor a livre determinação (Oliveira, 2016, p.14) e estabelece o direito dos povos indígenas e tribais, de serem consultados sempre que forem previstas medidas administrativas ou legislativas que podem afetar suas vidas, crenças, espiritualidade, o território em sua multidimensionalidade. Conforme evidencia o artigo 6º:

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
 - a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas. (ART. 6º, OIT, 1989).

Para ser uma ferramenta que possibilita a autonomia dos povos, a consulta deve ser compatível com suas realidades, ser um espaço de escuta e diálogo e respeito aos seus conhecimentos e tempo necessário para tomada de decisão. Ser movimento oposto ao que é predeterminado pela colonialidade do saber e do poder, buscando a visibilidade das experiências dos sujeitos, permitindo que estes falem com suas próprias vozes, descrevam suas histórias, deixando de ser história descrita por terceiros. É preciso considerar suas capacidades de intervirem sobre suas histórias de vida e transformá-las através da participação ativa/cidadã, de modo que seja possível questionar situações que possam afetar seus modos de vida, de modo que haja uma ruptura do silenciamento, da centralização do poder, do monopólio da fala e poder da decisão.

Nesse contexto, é fundamental que cada povo construa seu protocolo de CLPI, pois estes, constituem-se como expressão da autodeterminação dos povos e um caminho para a realização do direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado (Joca *et. al.*, 2021) e para o fortalecimento das capacidades comunitárias

de criar autonomia.

3. O CHÃO ONDE A PESQUISA SE ENRAIZA

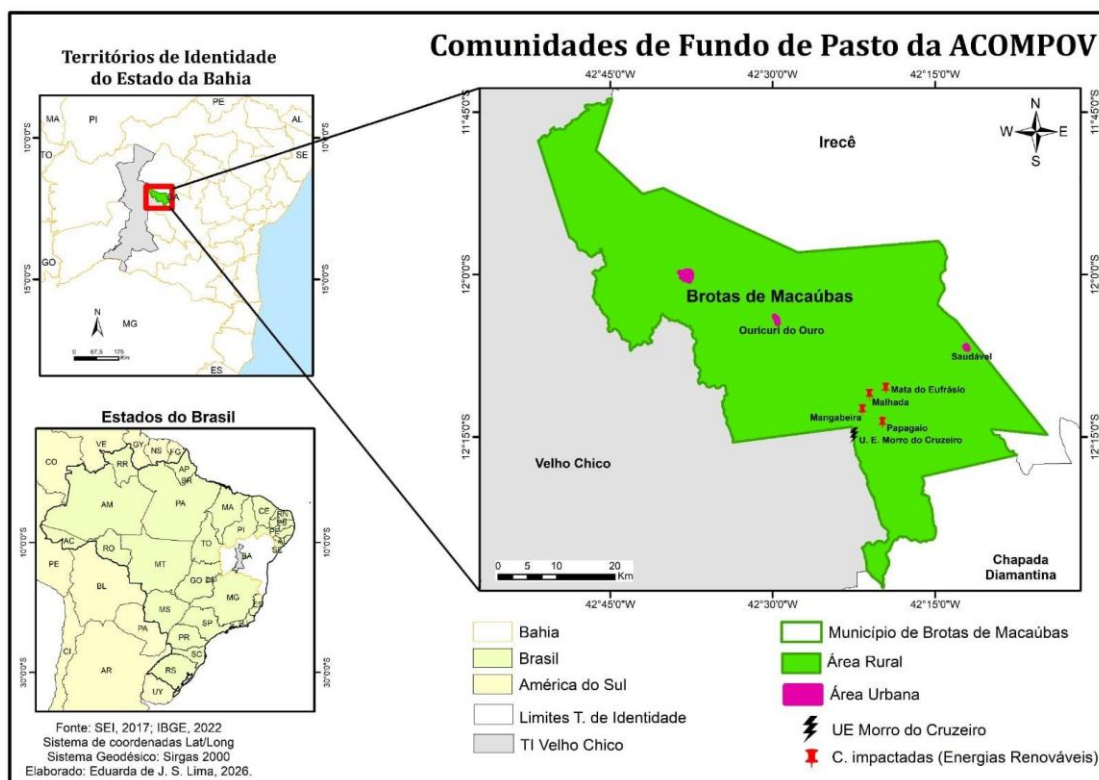
Em um trabalho como este, resgatar um pouco da caracterização do campo de investigação, é um movimento metodológico fundamental. Visto que o percurso da pesquisa ora apresentada, se constrói em constante diálogo com os pressupostos que se relacionam com à identidade, territorialidade e trajetórias coletivas. A escolha das comunidades tradicionais de fundo de pasto componentes da ACOMPOV, não é aleatória, mas resulta de um vínculo político e afetivo que atravessa minha trajetória pessoal e acadêmica.

Quando ingressei neste mestrado, não vim só, trouxe comigo essas comunidades, suas agruras e resistências, bem como a leveza da ancestralidade compartilhada. Tal implicação orienta uma metodologia comprometida, pautada na escuta sensível e na valorização dos saberes comunitários, reconhecendo que o conhecimento se tece na intersecção entre experiências vividas, memórias coletivas e reflexões teóricas. Assim, a pesquisa assume um caráter situado, onde subjetividades, trajetórias e práticas sociais não compõem apenas o campo empírico, mas constituem elementos centrais da produção do conhecimento.

3.1 Caracterização do Campo de Pesquisa

O chão desta pesquisa será as comunidades de fundo de pasto de Malhada, Mangabeira, Papagaio e Mata do Eufrásio, ambas componentes da ACOMPOV, município de Brotas de Macaúbas, Bahia.

Figura 1: Comunidades de fundo de pasto integrantes da ACOMPOV



Fonte: Lima (2026).

Brotas de Macaúbas está situada no Território Velho Chico, semiárido baiano, distante a mais de 600 km da capital do estado, Salvador. Com uma área territorial de 2.520,817 km² (IBGE, 2024), limita-se com os municípios de Barra do Mendes, Ibitiara, Ipupiara, Morpará, Oliveira dos Brejinhos e Seabra. Sua população é de 11.765 habitantes, sendo que a mais da metade⁶ destes, estão na zona rural e a densidade demográfica é de 4,67 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). Oficialmente, possui dois distritos, Ouricuri do Ouro e Saudável, e 96 comunidades, que se dividem em duas regiões, sendo elas Baixio e região Serrana, ou região do Cocal. A região Serrana, onde estão localizadas as comunidades que integram esta pesquisa, é distante 130 km da sede, que fica mais próxima das comunidades do Baixio.

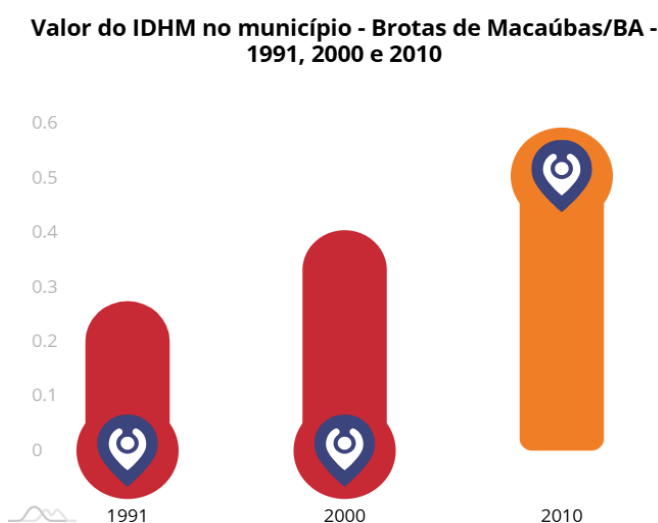
A busca por pedras preciosas foi propulsora do surgimento de Brotas de

⁶ Não foram encontradas informações do último Censo realizado pelo IBGE em 2022, que detalha a população urbana e rural de Brotas de Macaúbas-BA. Mas, conforme o Censo 2010, sua população foi estimada em 10.717 habitantes, destes 70% estão na área rural (IBGE, 2012).

Macaúbas, que atiçou a cobiça de bandeirantes. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a origem do município se deu devido ao aparecimento de jazidas carboníferas e auríferas em seu solo, encontrada por bandeirantes, sendo a descoberta de diamante e ouro a principal motivação para o povoamento do lugar, que posteriormente, desenvolveu-se a agricultura e a pecuária. Brughgrave (2023) destaca que jazidas de ouro, garimpo de cristal deram nome a alguns povoados como Cristalândia, Ouricuri do Ouro, Santana do Ouro.

De acordo com dados do IBGE (2022), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Brotas de Macaúbas era de R\$9.000,68. No ranking estadual, entre os 417 municípios baianos, o município ocupa a 322ª posição, evidenciando sua baixa inserção na economia da Bahia. Ainda que esse indicador expresse o valor médio da produção econômica, ele não reflete, necessariamente, uma distribuição equitativa da renda entre a população local. Conforme aponta o Instituto Cidades Sustentáveis (2025), o nível de erradicação da pobreza no município é classificado como muito baixo, indicando que uma parcela significativa da população vive em situação de extrema pobreza. Confirmando esta condição, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município é de 0,570 (IBGE/PNUD, 2010), classificado como baixo, o que revela fragilidades persistentes nas dimensões de renda, educação e longevidade, reafirmando os limites estruturais do desenvolvimento local. No entanto, conforme o gráfico 1, houve uma evolução se comparado com os anos anteriores.

Gráfico 1: Evolução do IDHM de Brotas de Macaúbas



Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

Fonte: Atlas Brasil (2010).

Em relação ao trabalho e ao rendimento, observa-se que, em 2023, o salário médio mensal dos trabalhadores formais no município correspondia a 2,2 salários mínimos, enquanto o total de pessoas ocupadas em postos de trabalho formais era de 958 trabalhadores (IBGE, 2022). Cabe destacar que o período entre 2022 e 2023 coincidiu com o início das obras de ampliação da usina eólica no município, quando parte da população local foi contratada de forma temporária. Com o encerramento dessas atividades, verificou-se uma redução significativa dos postos de trabalho formais. Até setembro de 2025, o número de pessoas formalmente ocupadas caiu para 665 (Caravelas, 2025), o que evidencia a fragilidade do mercado de trabalho local, marcado pela dependência de empregos temporários e pela limitada capacidade de geração de ocupações estáveis. Esse cenário evidencia as desigualdades econômicas e sociais existentes no município, principalmente para as populações mais vulnerabilizadas, que permanecem expostas à instabilidade da renda e à precarização do trabalho.

Nas comunidades de Mangabeira, Papagaio, Malhada e Mata, o modo de vida tradicional baseado no uso comum da terra é praticado e vivenciado por seus(as) moradores(as). A gestão do território organiza-se a partir de uma divisão entre áreas de uso individual e áreas de uso coletivo. As áreas individuais correspondem aos espaços onde as famílias constroem suas casas e no fundo delas fazem os quintais produtivos, destinados à criação de animais de pequeno e médio porte (galinha e porco), ao cultivo de hortaliças, plantas medicinais e espécies frutíferas. Nessas áreas localizam-se também os roçados familiares, geralmente cercados, para o plantio de culturas temporárias como milho, feijão, maxixe, jerimum, abóbora, mandioca, andu e cabacinha, entre outras. Além disso, são utilizados para o cultivo da palma forrageira e para pequenas áreas de pastagem destinadas à alimentação dos animais.

A organização territorial compreende ainda a área de uso coletivo, fundamental para a reprodução social dessas comunidades, onde as famílias criam animais soltos, como bovinos, caprinos e ovinos, sendo que, no passado, também se criavam suínos, hoje restritos aos quintais. É nesse espaço coletivo que se realiza a coleta de frutos nativos, como cambuí, mangaba, araçá, birro e pequi, bem como o extrativismo de plantas medicinais e de espécies utilizadas em rituais religiosos de matriz africana. Além disso, esses territórios coletivos abrigam importantes sítios rupestres, bem como espaços de devoção e espiritualidade, como os topos das serras, onde historicamente se realizavam celebrações católicas e se erguiam cruzeiros em devoção à Santa Cruz.

Esses locais, conhecidos pelas comunidades simplesmente como “cruzeiros”, constituem marcos simbólicos do território, reafirmando a relação indissociável entre território, cultura, espiritualidade e modos de vida tradicionais.

Em síntese, essas comunidades compartilham entre si um vínculo de irmandade. E, em suas relações coletivas, constroem um sentido de unidade. A governança dos comuns se dá através de uma gestão comunitária, regras que eles adotam para organizar suas relações a partir de experiências em comunidades que conseguem gerir os bens naturais com base no estabelecimento de regras e normas pactuadas coletivamente, nos contratos da oralidade (Santos, 2015) .

O modo como as comunidades se relacionam com a natureza, se baseia no cuidado, na conservação de seus solos, suas águas, suas serras, florestas, etc. A água utilizada pelas comunidades para todos os fins, era proveniente das nascentes que ficam localizadas nas beiras das serras das serras das comunidades de Malhada, Mata do Eufrásio e Mangabeira. A nascente da Malhada abasteceu por muito tempo as comunidades vizinhas e integrou a dinâmica territorial tradicional de criação de animais soltos, pois, são locais onde estes bebem e costumam malhar. Malhar, no vocabulário comunitário significa, pausar ou pernoitar.

Embora existam poços semi artesianos nessas comunidades, algumas famílias, especialmente em Mangabeira, seguem utilizando a água da nascente, sobretudo para o consumo humano, uma vez que os moradores relatam um alto teor de ferrugem na água do poço, o que compromete sua qualidade. Diante da redução do volume das nascentes e da necessidade de garantir o acesso à água, a ACOMPOV realizou recentemente a perfuração de um novo poço para atender à demanda das famílias. Além disso, algumas famílias das comunidades são beneficiárias de políticas públicas de acesso à água, como os programas de cisternas, utilizando a água da chuva tanto para o consumo doméstico quanto para a produção, enfatizando as tecnologias sociais de captação de água como estratégias cruciais para a convivência com o semiárido.

As atividades produtivas, em sua maioria, são oriundas da agricultura familiar em processo de transição agroecológica, através do cultivo de culturas temporárias e inserção de permanentes e criação animal, em diálogo com as estratégias históricas de convivência com o semiárido. Nesse contexto, os quintais produtivos, em sua maioria conduzidos pelas mulheres, assumem papel central na organização da produção, na diversificação de cultivos e na garantia da segurança e soberania

alimentar das famílias.

A produção de hortaliças e outros alimentos tem se ampliado nos últimos anos, sendo destinada prioritariamente ao autoconsumo e o excedente é comercializado de forma coletiva e solidária em feiras livres e por meio de políticas públicas de compra institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Essas práticas fortalecem redes locais de economia solidária, ampliam a autonomia socioeconômica das mulheres e reafirmam modos de vida sustentados na cooperação, no uso responsável dos bens naturais e na resistência aos modelos hegemônicos de produção impostos ao território.

3.2 Contexto cultural: os festejos como expressão de resistência e pertencimento

Os festejos sempre ocuparam um lugar central na vida das comunidades, constituindo-se como espaços privilegiados de sociabilidade, devoção, memória e resistência. Embora na comunidade de Malhada as celebrações ocorram com maior frequência, as demais comunidades participam coletivamente desses momentos, compartilhando alegria, fé e pertencimento. Manifestações como o Reisado de Natal, os festejos de Todos os Santos, as cantorias, cantigas de roda, o samba, a Cavalaria de Zé de Lero (celebração de Pentecostes), bandeiras em homenagem aos (as) Santos (as) entre outras expressões culturais, reafirmam a continuidade dos modos de vida tradicionais e a transmissão intergeracional dos saberes.

A festa, nesse sentido, não se restringe ao lazer, mas se afirma como território simbólico de luta e resistência, no qual manter vivas as memórias coletivas significa honrar um compromisso ancestral. Essa dimensão pode ser observada, nessas diferentes celebrações que envolvem o cumprimento de promessas, bençãos e pedidos de proteção, agradecimentos, fé e devoção. Tais celebrações se configuram como umas manifestações culturais e religiosas profundamente enraizadas na memória coletiva do povo. Os saberes, fazeres e afetos mobilizados durante estes rituais revelam a riqueza registrada no modo de vida comunitário, fortalecendo vínculos sociais e espirituais.

A atuação da ACOMPOV também se faz presente de forma concreta, por meio do apoio à organização das celebrações, da contribuição com a alimentação, da logística de transporte e da presença ativa de membros da diretoria e do conselho

fiscal nos diversos festejos comunitários. Tais ações reafirmam o compromisso institucional com a valorização da cultura, da memória, dos saberes e das práticas tradicionais. Esse compromisso também se materializa na realização do Encontro de Sanfoneiros, sediado na comunidade de Malhada, que vem se consolidando como um importante movimento de resistência cultural e de fortalecimento da cultura popular regional.

O Encontro de Sanfoneiros, que já alcança sua quarta edição, reúne sanfoneiros e sanfoneiras de comunidades dos municípios de Brotas de Macaúbas, Seabra, Ibitiara e Oliveira dos Brejinhos. Um encontro que possibilita um espaço de celebração coletiva, reencontro de amizades e fortalecimento dos vínculos comunitários. A iniciativa contribui para a valorização da identidade sertaneja e evidencia que salvaguardar a cultura é também promover bem-estar, pertencimento e continuidade histórica das comunidades.

Desse modo, os festejos comunitários representam as práticas sociais que articulam cultura, espiritualidade, território e resistência. Portanto, são manifestações extremamente importantes na reprodução material e simbólica das comunidades. Ao mobilizarem saberes ancestrais, afetos, memórias e redes de solidariedade, essas celebrações mostram que as identidades coletivas fortalecem os laços comunitários diante das pressões impostas pelos processos de desterritorialização e homogeneização cultural. A atuação da ACOMPOV, ao apoiar e fortalecer essas manifestações, contribui para a salvaguarda de um patrimônio cultural vivo, que não se limita à preservação do passado, mas que se reinventa no presente, se atualiza e se projeta para o futuro das comunidades, mantendo a essência dessas expressões.

3.3 Percurso Metodológico

Antes de traçar os caminhos metodológicos, é necessário dizer que esta pesquisa está sendo concebida a partir de olhares de “dentro para fora” e de uma visão de mundo própria, construída com o “chão em que se pisa” e com a realidade sociocultural experimentada cotidianamente. Tentar-se-á nesta pesquisa, não alimentar o pensamento hegemônico que nega, apaga, silencia outras formas de produzir conhecimento e coloca o conhecimento científico como caminho único de acesso ao saber e a verdade. Como afirma Minayo (2015, p. 09) “é apenas uma forma de expressão dessa busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva”.

Para isso, essa pesquisa se desenvolverá a partir de uma abordagem qualitativa, descrita por Minayo (2015), como um tipo de pesquisa inserida em uma realidade que não se quantifica e demanda interpretações no campo das subjetividades, ou seja, opera no campo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Silveira e Córdova (2009, p.32) complementam que “corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

A aproximação do campo empírico ocorre num movimento de oposição ao que é predeterminado pela colonialidade do poder e saber (Quijano, 2005), buscando a visibilidade das experiências dos sujeitos, permitindo que estes falem com suas próprias vozes, descrevam suas histórias, deixando de ser história descrita por terceiros. Levando em consideração suas capacidades de intervirem em suas histórias de vida e transformá-las através da participação ativa/cidadã, de modo que seja possível questionar suas dificuldades e possibilidades de enfrentamento e superação das mesmas. Buscaremos neste sentido, romper o silenciamento, a centralização do poder e o monopólio da fala.

Considerando o caráter da pesquisa, foi necessária a submissão ao Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, CAAE: 86389225.4.0000.0053, sendo aprovado em 26 de maio de 2025. Para tanto, para que haja uma articulação com as experiências experimentadas pelo corpo território das mulheres, este estudo será guiado pela pesquisa-ação, que de acordo com Barbier (2002), Thiollent (2011), é uma forma de fazer pesquisa social com função política, com vista a promover uma ação transformadora na resolução de um problema coletivo, Severino (2017, p. 88) descreve a pesquisa ação como “aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la”. Assim, esta pesquisa se desenvolverá por meio de múltiplos procedimentos: revisão de literatura, análise documental, rodas de conversas, intercâmbio entre mulheres afetadas pelas energias renováveis e proposição de oficinas temáticas para construção do Protocolo comunitário de CLPI.

3.4 Etapas da pesquisa

Para a realização desta pesquisa, foi seguido um percurso metodológico composto por dez etapas articuladas entre si. Este percurso foi construído em diálogo

permanente com a comunidade pesquisada e sujeitos da pesquisa. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, ancorada em princípios da pesquisa ação, na qual a produção e a análise dos dados ocorreram de forma contínua, subsidiando os ajustes metodológicos e a definição dos passos subsequentes. Não é um movimento que acontece de forma isolada, ou linear, mas composto por avanços e recuos que faz parte da dinâmica de uma pesquisa ação, cuja função política e valores confluem para a transformação social (Thiollent, 2011).

A primeira etapa consistiu em uma reunião de apresentação da intenção da pesquisa, realizada em 28 de dezembro de 2024. O encontro foi previamente mobilizado pela diretoria da ACOMPOV, com o objetivo de discutir o avanço da mineração no território coletivo da comunidade de Malhada e o risco de sua expansão para a comunidade de Mangabeira.

Nesse contexto, a pesquisa foi apresentada à comunidade, destacando-se a centralidade da escuta coletiva e do consentimento comunitário na implementação de quaisquer projetos que afetem diretamente seus modos de vida praticados tradicionalmente. Na mesma ocasião, foi apresentado o edital Raízes, do Fundo Brasil de Direitos Humanos, voltado à seleção de propostas de povos e comunidades tradicionais em luta pela justiça climática.

A partir desse diálogo inicial, foi sugerida a submissão de uma proposta para a construção do Protocolo Comunitário de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), entendido tanto como uma contrapartida da pesquisa quanto como ação coerente com seus objetivos. A proposta prevê proposição e a orientação de oficinas para essa construção, sempre respeitando a autonomia da comunidade em todas as etapas do processo.

É importante ressaltar que, desde 2018, a importância do protocolo de consulta já vinha sendo discutida em reuniões entre a ACOMPOV e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização que assessora comunidades que vivenciam conflitos em seus territórios. A proposta foi acolhida pelas(os) participantes, que manifestaram anuência para a realização da pesquisa e para a submissão do projeto ao edital.

A segunda etapa, realizada em janeiro de 2025, consistiu na análise documental de registros institucionais da ACOMPOV, como atas de reuniões, ofícios e outros documentos, com o objetivo de compreender o histórico organizativo da associação e, especialmente, o protagonismo feminino diante da chegada de empreendimentos de energias renováveis no território. Essa análise contribuiu para a contextualização

do campo empírico e para a definição das estratégias de escuta e diálogo com as mulheres das comunidades.

Na terceira etapa, entre meados de janeiro e o início de fevereiro de 2025, foi elaborada a proposta metodológica das oficinas e realizada a submissão do projeto ao edital Raízes. Em 1º de junho de 2025, após a aprovação da proposta, ocorreu uma reunião com a ACOMPOV para comunicar o resultado do edital e ajustar, de forma participativa, o cronograma das atividades previstas.

A quarta etapa da pesquisa foi a realização da primeira roda de conversa, ocorrida em 22 de junho de 2025. Nesse momento, mulheres da ACOMPOV compartilharam suas experiências relacionadas à chegada de empreendimentos de energias renováveis no território com mulheres das comunidades de Capoeira e Lagoa do Dionísio, localizadas no município de Ibitiara–BA. As rodas de conversa foram adotadas como dispositivo metodológico privilegiado para a produção de dados, por favorecerem a circulação da palavra, a construção coletiva de sentidos e a valorização das narrativas das mulheres enquanto sujeitos políticos do território.

A quinta etapa ocorreu em 19 de agosto de 2025, com a realização de uma reunião entre a ACOMPOV e organizações parceiras, voltada ao diálogo e ao alinhamento sobre o processo de construção do Protocolo Comunitário de CLPI. Em seguida, no dia 24 de agosto de 2025, realizou-se a segunda roda de conversa, no mesmo dia em que ocorreu também a assembleia geral do território, espaço deliberativo no qual a comunidade decidiu coletivamente pela construção do protocolo.

A sexta etapa consistiu na realização do intercâmbio entre mulheres afetadas por empreendimentos de energias renováveis, que teve como lema “Territórios em disputas: Mulheres e seus saberes ancestrais resistindo a transição energética predatória”. O evento aconteceu em 31 de agosto de 2025, na comunidade de Malhada e contou com uma visita à comunidade de Mangabeira. Esse intercâmbio, foi realizado através do projeto AMORAS: Mulheres e seus saberes ancestrais nos quintais agroecológicos construindo outra sociedade é uma iniciativa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UEFS), idealizada por agricultoras e pesquisadoras dos municípios de Seabra, Brotas de Macaúbas e Ibitiara.

Executado pela Associação da Comunidade do Deserto, em Ibitiara–BA, com apoio do Fundo Casa Socioambiental e da Coordenadoria do Serviço Ecumênico

(CESE). O projeto valoriza os saberes ancestrais das mulheres e os quintais agroecológicos como espaços de cuidado, resistência e produção de alimentos e de alternativas frente aos conflitos socioambientais e aos impactos da expansão de empreendimentos de energia eólica e outros megaprojetos.

O intercâmbio foi um espaço político-pedagógico de encontro, escuta e partilha entre mulheres de diferentes territórios que estão na luta, possibilitando a troca de saberes, experiências e estratégias de resistência frente à transição energética predatória. Sua importância está no fortalecimento da organização coletiva, na valorização dos saberes ancestrais e dos quintais agroecológicos, e na afirmação do protagonismo das mulheres na defesa dos corpos-territórios, da vida e de futuros justos e possíveis para as comunidades.

As etapas subsequentes envolveram a sistematização do intercâmbio, a análise dos dados produzidos ao longo de todo o processo e a elaboração de um guia orientador para a realização das oficinas de construção do Protocolo Comunitário de CLPI. A Figura 1 sintetiza as etapas do percurso metodológico, apresentando a sequência e a articulação entre os diferentes momentos da pesquisa.

Figura 2: Etapas da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2025).

A Figura 2 mostra que o percurso metodológico ocorreu de forma processual, participativa e não linear, marcado pelo diálogo contínuo com a comunidade e pela articulação entre ação, reflexão e produção de conhecimentos comprometidos com a transformação social do território, conforme propõe os pressupostos da pesquisa - ação.

3.4.1 Análise documental

A análise documental, conforme Lima Junior, *et al* (2021, p.16) é aquela em que

busca informações para compreender um fenômeno, a partir de documentos. Muito mais que localizar informações, avaliar textos, som e imagem, atua como um meio eficaz de contextualização de fatos, situações, momentos (Moreira, 2005). Nessa pesquisa as informações serão procuradas em atas da associação e de modo complementar, se necessário, recorrer-se às imagens, ofícios e relatórios para averiguar registros de reuniões, encontros que tem como centralidade a luta pela defesa do território tradicionalmente ocupado. Além disso, as leis que tratam dos direitos de povos e comunidades tradicionais, serão fontes de grande relevância para este estudo.

3.4.2 Roda de conversas: um momento de construção e partilha de saberes

A roda de conversa é um instrumento metodológico viável, onde na pesquisa narrativa, se constitui como um modo de coletar dados, que permite a partilha de experiências, envolvimento e reflexões (Lima e Moura, 2014). Nesta pesquisa, se realizará através de encontros com duração de até 120 minutos totalizando 2 h de atividade, com periodicidade a ser definida, respeitando o modo de organização das comunidades.

Será um momento de construção coletiva de conhecimento, com e entre as participantes, de modo que seja ofertada condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos "ecologias de saberes" (Santos; Meneses, 2010, p. 7). Por meio de processos dialógicos, a luz dos princípios pedagógicos de Freire (1996) e da educação popular o ponto de partida será a realidade das mulheres, considerando suas capacidades de intervirem em suas histórias de vida e transformá-las através da participação ativa, de modo que permita questionar suas dificuldades e possibilidades de enfrentamento e superação das mesmas.

Desse modo, as rodas de conversas serão utilizadas com a finalidade de apresentar a pesquisa, reconhecimento e acolhimento das participantes e pesquisadoras na comunidade. O diálogo será elemento central da roda de conversa, que funcionará como metodologia ativa para motivação de um olhar mais crítico sobre a realidade e situações desafiadoras, espaço para reflexão acerca do protagonismo feminino na defesa do território, bem como espaço para a preparação de oficinas para a construção do protocolo comunitário de consulta e consentimento prévio, livre e

informado.

O quadro metodológico a seguir apresenta a organização das etapas das rodas de conversa, detalhando os procedimentos adotados e os objetivos correspondentes a cada momento.

Quadro 1- Procedimentos metodológicos para condução das rodas de conversa

Etapa	Procedimentos	Objetivos
1. Acolhimento e apresentação	Apresentação da pesquisa, das pesquisadoras e das participantes; esclarecimento dos objetivos, da metodologia e dos princípios éticos do estudo.	Promover o reconhecimento mútuo, criar vínculo e garantir um ambiente de confiança e escuta.
2. Formulação da questão fio condutora	Apresentação da pergunta orientadora: “Qual é a percepção de vocês sobre a instalação das usinas eólicas na comunidade?”	Estimular a reflexão inicial e orientar o diálogo coletivo.
3. Diálogo livre	Espaço aberto para que as mulheres compartilhem livremente suas experiências, percepções e sentimentos sobre a chegada dos empreendimentos eólicos.	Garantir protagonismo às participantes e favorecer a partilha das narrativas locais.
4. Perguntas abertas e semiestruturadas	Intervenções pontuais da pesquisadora, com perguntas abertas formuladas a partir das falas das participantes.	Aprofundar temas emergentes, esclarecer pontos e ampliar a reflexão coletiva.
5. Sistematização	Registro das falas por meio de gravação de áudio para posterior transcrição, além de anotações em diário de campo voltadas à sistematização das discussões e preparação das oficinas para a	Organizar os dados produzidos e valorizar o conhecimento coletivo; Fortalecer processos coletivos e dar

	construção do protocolo comunitário de CLPI.	continuidade às ações comunitárias.
--	--	-------------------------------------

Elaboração própria (2025).

3.5 Análise dos dados

O caminho a ser percorrido para interpretação dos dados, será a análise do discurso, mais especificamente, a análise crítica do discurso, por ter um caráter político profundamente envolvido com os problemas sociais. “Compreendida não como uma ferramenta metodológica, mas como um caminho para interpretação, a análise do discurso permite enfatizar os sentidos construídos nas narrativas sociais” (Montezuma, 2021, p. 39). À luz das contribuições de Dijk (2003) a análise do discurso é uma forma de investigação que mira os problemas sociais e a luta contra a desigualdade, assim como a solidariedade entre os oprimidos e problematiza o papel que o discurso assume na reprodução de abuso de poder ou dominação.

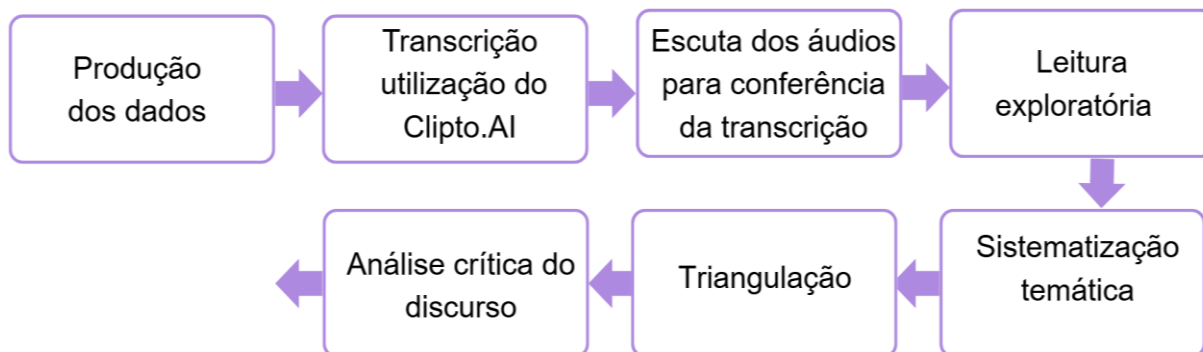
Considerando as experiências vivenciadas pelas mulheres a partir do corpo-território, a análise crítica do discurso buscará neste sentido, a compreensão dos problemas socioculturais priorizando suas narrativas, numa tentativa de decifrar e resistir ao exercício do poder, quando este é exercido principalmente para intensificar as desigualdades e discriminação (Pardo Abril, 2013). Além disso, assumirá uma perspectiva crítica de produção do conhecimento contra-hegemônico que defende sua posição social e política (Dijk, 2003) e que aposta na possibilidade de diálogo entre formas diversas de ciência e de saberes, num movimento pluriversal.

Dessa forma, será realizada uma leitura exploratória das informações coletadas e registradas através dos instrumentos de coleta de dados adotados nesta pesquisa. Posteriormente, a fim de tornar mais fluido o processo de análise e interpretação das narrativas, será construído um relato dos resultados, com o intuito de melhorar a organização dos conteúdos e favorecer a compreensão da temática estudada.

Considerando as formas plurais de se coletar dados que serão empregados nesta pesquisa, a triangulação dos dados emerge como uma etapa necessária e é proposta por Sampieri (2013, p. 446) “como o ato de utilizar diversas fontes e métodos de coleta”. Desse modo, sua finalidade nesta pesquisa não é procurar verdades objetivas, uma vez que, “o gesto de interpretar atravessa e é atravessado pelo

contexto e pelo próprio pesquisador” (Montenzuma, 2021, p. 29). Mas, sobretudo, reforçar a confiabilidade dos resultados obtidos e sua consistência.

Figura 3: Análise de dados



Fonte: Elaboração própria (2025).

A pesquisa contou com a participação de mulheres pertencentes às comunidades que integram a ACOMPOV, incluindo lideranças e moradores diretamente afetadas pela implantação de usinas eólicas. Essas mulheres protagonizam a luta pela defesa do território tradicionalmente ocupado, construindo formas de resistência frente a um modelo de desenvolvimento predatório que impõe novas formas de uso e controle do território ameaçando seus modos de vida. A escolha das participantes justifica-se pela expressiva presença feminina na linha de frente da luta territorial, especialmente na defesa da reprodução social, cultural e comunitária de seus modos de vida.

As ferramentas utilizadas possibilitaram a compreensão da realidade investigada por meio da análise documental e das rodas de conversa, estas últimas enquanto espaços coletivos de escuta e diálogo, nas quais emergiram as narrativas das mulheres sobre suas experiências e estratégias de enfrentamento, fortalecendo a construção coletiva do conhecimento.

O principal instrumento de coleta de dados foi a roda de conversa, utilizada como dispositivo central ao longo do percurso da pesquisa-ação, orientada pelos princípios da escuta ativa e da participação (Freire, 1996; Thiollent, 2011). Por meio dessas ferramentas, foram identificadas as percepções das mulheres sobre a chegada dos parques eólicos em seus territórios. O registro em áudio, a transcrição das narrativas e sua articulação com a análise documental fundamentaram a análise

crítica do discurso. A pesquisa seguiu os protocolos éticos vigentes, com o consentimento das participantes para a gravação das rodas de conversa e a garantia de anonimato na publicização das falas, conforme previsto no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE).

Os resultados confirmam a hipótese de que as mulheres constroem formas próprias de resistência, articulando práticas solidárias, saberes ancestrais e estratégias políticas de enfrentamento, por meio das quais reafirmam a inseparabilidade entre corpo-território e identidade coletiva. O território, tal como concebido por elas, é compreendido como espaço vivido e historicamente produzido, no qual se articulam memória, trabalho, cuidado e reprodução da vida, em oposição à lógica externa de apropriação e controle introduzida pela forma como é conduzida a implementação de usinas eólicas. Ao mesmo tempo, as narrativas das mulheres revelam o território como espaço de resistência, no qual se constroem estratégias coletivas de enfrentamento, reafirmando o protagonismo feminino na defesa dos bens comuns frente a um modelo de desenvolvimento que subordina a vida às dinâmicas do capital.

As rodas de conversa possibilitaram a escuta de narrativas de cinco mulheres integrantes das comunidades vinculadas à ACOMPOV. Em conformidade com os princípios éticos da pesquisa, foi garantido o anonimato das participantes, conforme estabelecido no RCLE. Todas foram previamente informadas sobre os objetivos do estudo, a forma de utilização dos dados, a gravação em áudio das rodas de conversa e a preservação de suas identidades no momento da publicização das falas.

Para assegurar a confidencialidade e, ao mesmo tempo, valorizar simbolicamente as trajetórias de luta dessas mulheres, foram atribuídos nomes fictícios de árvores nativas do território. A escolha desses nomes expressa a resistência, a ancestralidade e a relação profunda entre corpo, território e identidade coletiva, dimensões fundamentais dessa pesquisa.

As trajetórias de Aroeira, Gameleira, Baraúna, Jurema e Mangabeira confirmam o corpo-território como uma unidade indissociável entre vida, memória, trabalho e resistência. As narrativas revelam que os impactos das usinas eólicas não incidem apenas sobre o espaço físico, mas atravessam seus corpos, afeta seus modos de vida, vínculos comunitários e práticas cotidianas. Em resposta, elas constroem estratégias coletivas sustentadas em saberes ancestrais, solidariedade e organização política, reafirmando o território como extensão do corpo e como fundamento da

identidade coletiva. Dessa forma, a defesa do território se expressa como defesa da vida e como prática contra-hegemônica frente às lógicas de expropriação.

Aroeira: força e determinação.

Mulher negra, liderança comunitária, associada na ACOMPOV, onde já ocupou cargos diversos na diretoria executiva, sendo a primeira mulher a ocupar a presidência da associação. Sua trajetória é marcada pela persistência na luta pela regularização fundiária e pela defesa do território frente às ameaças, conflitos e violências, reafirmando a importância da organização coletiva como estratégia de resistência.

Gameleira: ancestralidade e raízes profundas

Mulher negra, agricultora e defensora da cultura popular, é uma guardiã da memória coletiva da comunidade. Assim como a árvore sagrada que acolhe e protege, sua presença expressa cuidado, escuta e sustentação dos vínculos comunitários. Um exemplo de mulher que luta, resiste e se reconstrói diante das transformações impostas ao território.

Baraúna: força e coragem

Mulher negra, liderança comunitária, em frente diversas. Sua trajetória revela resiliência diante das sobrecargas e dos conflitos territoriais, assumindo um papel essencial na articulação política e na defesa dos direitos coletivos frente aos empreendimentos que ameaçam o território.

Jurema: resistência e a sabedoria

Mulher negra, agricultora, mãe de dez filhos, majoritariamente mulheres, não teve acesso à educação formal, mas é reconhecida como conselheira e guardiã de saberes ancestrais. Sua narrativa expressa a transmissão intergeracional de conhecimentos, a defesa da roça, da produção de alimentos e do território como espaço de vida e dignidade.

Mangabeira: resiliência, enverga, mas não quebra

Mulher negra, agricultora e artesã, vive nas proximidades da serra, onde o canto dos passarinhos foi substituído pelo barulho contínuo das torres eólicas. O som estridente que atravessa seu cotidiano, gera insegurança e medo. Sua trajetória é marcada pela permanência no lugar, pelo fazer diário que sustenta a vida e pela construção de redes que tornam possível continuar. Enfrenta com muita bravura situações que tentam desestabilizar o território, afirmando, em cada gesto, a decisão de ficar e de seguir cuidando do que a mantém enraizada.

Essas mulheres, por meio de suas narrativas, revelam não apenas os impactos

dos empreendimentos eólicos sobre seus territórios, mas também as estratégias coletivas de enfrentamento e a relevância do protagonismo feminino na defesa dos bens comuns e dos modos de vida tradicionalmente construídos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Luta pelo território: resistência, protagonismo feminino e gestão coletiva

A partir da pesquisa documental foi possível elaborar uma síntese das principais lutas e conquistas da ACOMPOV. Sua trajetória é marcada por um processo contínuo de organização coletiva, disputas territoriais e resistência frente à expansão de empreendimentos extrativos e energéticos. Desde sua fundação, em 1996, a ACOMPOV se consolidou como uma instância importante de articulação comunitária em torno da defesa do território, na busca pelo acesso às políticas públicas e dos modos de vida associados ao fundo de pasto.

A eleição da primeira mulher para a presidência da associação, em 2006, foi um marco simbólico e político relevante, que encorajou outras mulheres a pleitearem os espaços de poder e inaugurar novas formas de participação nos espaços decisórios comunitários. Era só o começo do protagonismo feminino que se intensificou nos anos seguintes, especialmente nos contextos de conflito e enfrentamento aos interesses externos. Nesse movimento vivo, as mulheres passaram a ser referências na defesa do território, na mediação de conflitos e na formulação de estratégias coletivas de resistência.

A partir de 2008, com o desligamento da comunidade de Boa Vista e a constituição de uma nova associação, inaugura-se um ciclo de fragmentações institucionais diretamente relacionado às disputas em torno do uso e controle do território coletivo. Esse processo se aprofunda a partir de 2015, diante da percepção de ameaça ao território, a ACOMPOV passa a solicitar a regularização fundiária junto à Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), ao mesmo tempo em que emergem propostas de arrendamento para exploração mineral, evidenciando a sobreposição de interesses econômicos sobre áreas tradicionalmente utilizadas de forma coletiva.

Em 2016, as comunidades de Papagaio, Mangabeira, Malhada e Mata do

Eufrásio realizaram seu autorreconhecimento como comunidades tradicionais de fundo de pasto. A comunidade de Fundo do Largo, embora também integre a ACOMPOV e compartilhe modos de vida semelhantes às demais, optou por não se identificar formalmente nesta categoria. Esse autorreconhecimento aconteceu em um contexto de urgência institucional, uma vez que o prazo⁷ estabelecido pela Lei Estadual nº 12.910, de 11 de outubro de 2013, para o autorreconhecimento e o protocolo dos pedidos de emissão da certidão junto aos órgãos competentes, bem como para a regularização fundiária dos territórios, encontrava-se próximo de expirar. Em 2017, a SEPROMI certificou as comunidades da ACOMPOV que se autorreconheceram como fundo de pasto, o que representou um avanço simbólico significativo, ainda que não tenha sido acompanhado, pela efetiva garantia material dos direitos territoriais.

A certificação das comunidades como tradicionais de fe fundo de pasto, sem regularização fundiária, reforça o que autores como Porto-Gonçalves (2012) identificam como uma dissociação entre o reconhecimento simbólico e a garantia material dos direitos territoriais. Essa lacuna institucional, deixa áreas de uso comum em uma condição de vulnerabilidade diante da expansão de empreendimentos, uma vez que o território permanece juridicamente desprotegido.

Entre 2018 e 2019, os conflitos se intensificam com a exploração mineral de áreas de uso comum de Malhada sem anuência comunitária. Nesse contexto, tornou-se ainda mais urgente o debate sobre a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI). No mesmo período, a Statkraft propôs à ACOMPOV a celebração de um contrato de arrendamento para a ampliação da usina eólica na área de uso comum da comunidade de Mangabeira. Diante do interesse da comunidade no projeto, a ACOMPOV buscou parcerias para a revisão do contrato, envolvendo a CPT, a AATR, o Grupo de Pesquisa Geografar/UFBA e a Fundação João Cristiano, conforme (Ribeiro *et. al.*, 2018 e Ribeiro, 2021).

Esse período também é marcado de forma particularmente grave pelas ameaças de morte direcionadas às lideranças mulheres da ACOMPOV, revelando a

⁷ O Estado estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de 2018 para que as comunidades se autoidentificassem e protocolassem junto aos órgãos competentes os pedidos de emissão da certidão de autorreconhecimento e de regularização fundiária de seus territórios. Esse prazo foi previsto na Lei Estadual nº 12.910, de 11 de outubro de 2013, mas, após intensas mobilizações e lutas das comunidades, acabou sendo derrubado. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal confirmou a inconstitucionalidade do marco temporal estabelecido pela legislação baiana.

dimensão violenta que atravessa as disputas territoriais. Após quatro anos de espera, os procedimentos de regularização fundiária foram retomados, momento em que o CCDRU passava por intensas discussões. Enquanto isso, avançavam as negociações para a celebração de contratos de arrendamento e termos de compromisso social com a Statkraft.

Em 2020, em plena pandemia do Covid-19, houve uma intensificação da exploração mineral, período em que as comunidades estavam impossibilitadas de realizarem reuniões. Ainda no final desse mesmo ano a Statkraft convoca uma reunião para informar que o projeto de implantação da usina eólica seria transferido para a região de Irecê, pois o leilão já havia acontecido e a empresa tinha que entregar a energia.

Em 2022, após se inscrever no edital “Resistindo com quem resiste”, a ACOMPOV recebeu apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos para enfrentamento à mineração. O projeto previa ações voltadas à defesa do direito da comunidade de Malhada sobre seu território, incluindo medidas para frear a atividade mineradora na região e reparar os danos já causados. Também foram planejadas ações de fortalecimento da articulação entre os moradores, visando a mobilização coletiva em defesa do território, além da identificação e mensuração dos impactos da mineração por meio de laudos técnicos.

No mesmo ano, houve avanços na regularização fundiária, embora de forma fragmentada: apenas a comunidade de Mangabeira recebeu e assinou o CCDRU, tornando-se a primeira comunidade tradicional de fundo de pasto a ter o documento formalizado. Vale destacar que essa área correspondia justamente ao território de interesse para a instalação da usina eólica.

Em 2023, com o início das obras da usina eólica Morro do Cruzeiro e a supressão da vegetação para abertura de acessos, membros das comunidades empregados na obra comunicaram à ACOMPOV que as mangabeiras também estavam sendo destruídas. Em resposta, a ACOMPOV, em articulação com a ASCOBOVI, promoveu uma mobilização conjunta em defesa das mangabeiras. Diante da situação, foi solicitada uma reunião urgente com representantes da Statkraft e demais empresas envolvidas na execução da obra, com o objetivo de discutir a preservação das árvores frutíferas, fundamentais para a prática do extrativismo das comunidades tradicionais de fundo de pasto.

Cabe destacar que a preservação das mangabeiras está prevista no termo de

compromisso firmado com a Statkraft (Cláusula Nona⁸), que garante a continuidade do extrativismo. A reunião entre as associações e a empresa responsável pela obra resultou no desvio do acesso aberto, preservando as mangabeiras remanescentes. Essa situação reforça a importância da vigilância constante das comunidades e evidencia como o diálogo e a articulação coletiva são fundamentais para conciliar os interesses do empreendimento com a proteção do território e a manutenção das práticas culturais locais.

Ainda em 2023, a ACOMPOV recebe propostas de arrendamento das áreas de uso comum das comunidades de Malhada, Papagaio e Mata do Eufrásio para instalação de usinas eólicas, envolvendo empresas como CEC – Centrais Elétricas Carnaubal S.A e Marwind Energias Renováveis LTDA e busca novamente a parceria da CPT e AATR na revisão dos contratos.

No ano seguinte, a ACOMPOV elegeu sua nova diretoria executiva, composta majoritariamente por mulheres, fortalecendo o protagonismo feminino na condução das pautas comunitárias. Nesse contexto, ampliaram-se as alianças com novas comunidades afetadas pelos projetos e intensificou-se a atuação coletiva na busca por melhorias nos contratos de arrendamento, reafirmando a capacidade da associação de articular resistência e defesa do território de forma estratégica e participativa.

Em 2025, a ACOMPOV filiou-se à Central de Associações de Fundo de Pasto, fortalecendo as cobranças pelo CCDRU. Nesse ano, as comunidades de Malhada e Papagaio receberam o documento, representando um avanço significativo na garantia de seus direitos territoriais. Além disso, foi iniciado o processo coletivo de construção do protocolo comunitário de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), em parceria com o PROFCIAMB/UEFS, CPT e outras organizações sociais e apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Assim, a trajetória da ACOMPOV é marcada por lutas, avanços e recuos que não podem ser dissociados da questão agrária. Esse percurso histórico mostra um significativo acúmulo político e organizativo das comunidades ao longo de quase três

⁸ O termo de compromisso social firmado entre associações e Statkraft em sua cláusula nona estabelece que a STATKRAFT, compromete-se em preservar as árvores frutíferas nativas localizadas próximas às áreas de construção da Usina, responsabilizando-se por qualquer tipo de dano, permitindo a quantidade do extrativismo, permitindo a continuidade do extrativismo das comunidades e promovendo a recuperação das áreas utilizadas pelo empreendimento, realizando o replantio das árvores frutíferas Mangabeiras.

décadas de resistência e gestão territorial. A continuidade das mobilizações evidencia que a defesa do território é um processo permanente, protagonizado de forma crescente pelas mulheres e pelas formas coletivas de organização comunitária.

Quadro 2-Síntese das lutas e conquistas da ACOMPOV

Ano	Acontecimento
1996	Fundação da Associação comunitária de Mangabeira e Povoados Vizinhos (ACOMPOV).
2006	A primeira MULHER, ocupa a presidência da ACOMPOV.
2008	Comunidade de Boa Vista se desvincula da ACOMPOV e constitui nova associação;
2015	Solicitação à CDA de regularização fundiária das áreas de uso comum e particulares; A CORCOVADO propõe celebração de contrato de arrendamento para exploração mineral.
2017	Após as comunidades se autorreconhecerem como tradicionais de fundo de pasto, a SEPROMI as certificam.
2018	A CORCOVADO explora a área de uso comum sem anuência; Proposta de contrato arrendamento da área de uso comum de Mangabeira para ampliação da Usina eólica (Statkraft); Discussão sobre CLPI. Revisão de contratos de arrendamento para instalação de usina eólica.
2019	Ameaças de morte as lideranças mulheres da ACOMPOV; Início da regularização fundiária; Discussões do CCDRU; Consulta comunitária/ ampliação da usina eólica; Celebração do contrato de arrendamento Statkraft e termo de compromisso social.

2020	Intensificação da exploração mineral na área de uso comum; Transferência do projeto de construção da usina eólica para os municípios de Ibipêba e Uibaí.
2022	Apoio do fundo Brasil de DH para enfrentamento à mineração; Regularização fundiária fragmentada, concluída apenas para área de ampliação da usina eólica; Assinatura do CCDRU da área arrendada para ampliação da usina eólica.
2023	Mobilização conjunta em defesa das mangabeiras; Execução do termo de compromisso social; Proposta de contrato arrendamento da área de uso comum de Malhada e Papagaio para instalação da Usina eólica (CEC- Centrais Elétricas Carnaubal S.A); Proposta de contrato arrendamento da área de uso comum de Mata do Eufrásio para instalação da Usina eólica (Marwind Energias Renováveis LTDA).
2024	Eleição da nova diretoria executiva, composta majoritariamente por mulheres Parceria com as novas comunidades a serem atingidas pelas eólicas; Busca por melhoria nos contratos.
2025	Filiação à Central de Associações de Fundo de Pasto; Recebimento de CCDRU das comunidades de Malhada e Papagaio; Construção do protocolo comunitário de CLPI.

Fonte: Elaboração própria (2025), baseado em documentos da ACOMPOV.

4.2 Brotas de Macaúbas no mapa do potencial eólico da Bahia

As comunidades tradicionais de fundo de pasto do município de Brotas de Macaúbas-BA, estão localizadas em áreas de alto potencial eólico, conhecidos como corredores de vento (Instrução Normativa nº01/2020⁹). Corredores de vento são áreas onde a velocidade e a constância dos ventos são consideradas elevadas e estáveis, apresentando condições favoráveis à implantação de usinas eólicas.

O Atlas Eólico da Bahia (2013), confirma que o município de Brotas de Macaúbas-BA encontra-se em uma das áreas privilegiadas no que diz respeito ao potencial de geração de energia eólica, (Figura 4) integrando a Área 7, figura 1, que abrange ainda, os municípios de Novo Horizonte, Piatã e Ibitiara. A região apresenta velocidades médias anuais de vento entre 7,5 e 8,0 m/s a 100 metros de altura, associadas a um relevo elevado e à presença de campos abertos, os corredores de vento. Esse conjunto de características biofísicas coloca o município como um espaço estratégico para a expansão do setor eólico no estado.

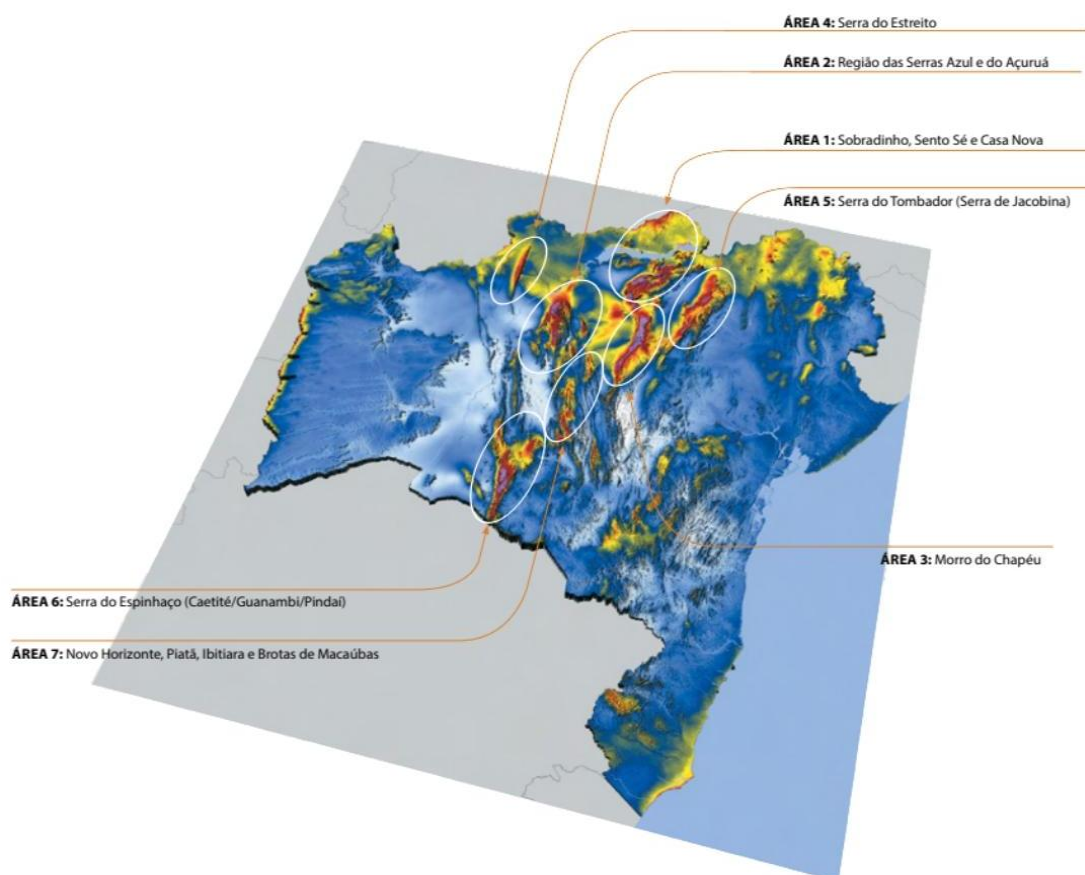
Além dessas condições biofísicas propícias, hoje Brotas de Macaúbas dispõe de infraestrutura estratégica para o escoamento da energia gerada, como a subestação local conectada a uma linha de transmissão de 230 kV (Camargo-Schubert, 2013), o que reforça sua condição como área de interesse estratégico para a expansão do setor no centro do estado.

Nesse contexto, a sobreposição entre áreas de alto potencial eólico e territórios de fundo de pasto intensifica as disputas pelo uso da terra. A classificação desses espaços como estratégicos para o setor energético tende a priorizar interesses externos, frequentemente em detrimento dos modos de vida e dos direitos das comunidades, evidenciando um cenário de conflitos socioterritoriais. Nesse contexto, a sobreposição entre áreas de alto potencial eólico e territórios de fundo de pasto intensifica as disputas pelo uso da terra. A classificação desses espaços como estratégicos para o setor energético tende a priorizar interesses externos, frequentemente em detrimento dos modos de vida e dos direitos das comunidades, o que evidencia um cenário de conflitos socioterritoriais. Como apontam Dourado *et. al*

⁹ A Instrução Normativa Conjunta (IN) nº 01/2020 do Estado da Bahia, assinada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) e Procuradoria Geral do Estado (PGE), é um ato administrativo que regulamenta os procedimentos de regularização fundiária em terras públicas, rurais e devolutas inseridas nos chamados corredores de vento. Em síntese, a IN cria um procedimento específico denominada modelagem especial para a instalação dos empreendimentos de energia eólica.

(2024), a partir desse arranjo, a “especulação dos ventos” configura um “latifúndio vertical” que transforma a natureza em ativo de mercado.

Figura 4: Regiões com elevado potencial para geração de energia eólica na Bahia



Fonte: Atlas Eólico da Bahia (Camargo-Schubert, 2013, p. 74)

Nessa perspectiva, a apropriação do vento pelo capital energético transforma um bem comum em mercadoria e instaura processos de reorganização territorial que incide diretamente sobre modos de viver e os vínculos comunitários. Essa dinâmica da expansão de projetos ditos “verdes” reproduz lógicas neoextrativistas (Svampa, 2019), que impõe novos usos, controles e sentidos ao território, em contraste com as territorialidades tradicionais.

Como aponta o relato oral de Aroeira, durante as rodas de conversa, esse interesse não se limita ao potencial natural, mas se ampara na apropriação de um bem comum específico, o vento que passa a ser central nas disputas entre comunidades e empreendimento. Ao afirmar que “A gente precisa ter consciência do valor da terra. O que a gente tem aqui pode parecer pouco, mas não é, e tem o que

eles mais precisam: o vento.” A liderança expressa uma consciência territorial que confronta a lógica empresarial de invisibilização dos modos de vida como estratégia de desvalorização da terra e das relações sociais a ela vinculadas.

Assim, compreender a posição de Brotas de Macaúbas e demais municípios no mapa eólico da Bahia exige ir além da análise do potencial técnico, mas reconhecer que a expansão das energias renováveis, da forma como vem sendo conduzida, redefine de forma desigual os usos do território, gerando conflitos socioambientais e colocando em disputa direitos, identidades e formas coletivas de existência.

4.3 Fragmentação das relações comunitária e disputas fundiárias

Ao realizar o levantamento documental da ACOMPOV relacionado à chegada dos empreendimentos de energia eólica, foi identificado um ofício cujo assunto trata de uma “denúncia de ameaças de morte e solicitação de providências”. O documento foi encaminhado à CDA, à SEPROMI e ao Grupo Especial de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos (GEMACAU), descrevendo o contexto em que as ameaças ocorreram e a luta da ACOMPOV pela regularização fundiária de seus territórios.

Os achados confirmam que a implantação de usinas eólicas tem atuado como um importante desencadeador de conflitos nas comunidades. Para garantir uma maior confiabilidade dos resultados, foi feita uma triangulação de dados, combinando a análise documental com relatos orais durante rodas de conversa e dados de fontes secundárias, como reportagens jornalísticas.

A análise do documento evidencia que a implantação dos empreendimentos de energia eólica desencadeou conflitos socioambientais marcados pela articulação entre disputas territoriais, fragmentação comunitária, assimetrias de poder e formas contemporâneas de expropriação, resultando, inclusive, em ameaças à integridade física de lideranças comunitárias femininas.

E, ainda registra que a chegada do empreendimento, provocou profundas transformações no modo de vida das comunidades, inclusive nas do entorno. Essas mudanças também foram relatadas na primeira roda de conversa por Gameleira quando afirmou que, “a comunidade deixa de ser uma comunidade do jeito que era antes”. Tal transformação decorre também pelo fato do empreendimento ter sido implantado sobre a principal área de fundo de pasto, historicamente utilizada de forma

coletiva para a criação extensiva de animais, sobretudo de gado. Tradicionalmente, os animais eram soltos durante o período chuvoso, enquanto as áreas individuais de pasto se recuperavam para o período de estiagem.

De acordo com informe da Comissão Pastoral da Terra, publicado pelo EcoDebate em 2009, a DESENVIX, empresa responsável pelo empreendimento na época informava que, para a instalação do projeto eólico, seria necessária uma extensa área de terra destinada à fixação de aproximadamente 200 aerogeradores. Mas o projeto é concluído com apenas 57 turbinas eólicas, cada uma com capacidade nominal de 1,67 MW, conforme informações presentes no site da atual responsável pelo empreendimento, Statkraft.

Ainda segundo o informe, área prevista para implantação do empreendimento, é tradicionalmente ocupada há mais de um século por diversas comunidades tradicionais que detêm a posse da terra e a utilizam de forma coletiva, sob o regime de fundo de pasto, baseado na criação de animais soltos sobre pastagens naturais, o que também é confirmado nos relatos durante as rodas de conversa e pela pesquisa documental.

O informe aponta que na época houve o surgimento de uma família que passou a se apresentar como proprietária da terra, onde o projeto seria implantado, inclusive exibindo documentação. Contudo, conforme relatado por moradores, os limites descritos nesses documentos não abrangiam a área efetivamente utilizada pelas comunidades. A suposta família proprietária, vendeu essa área para a empresa responsável pelo empreendimento na época, que posteriormente realizou a doação à comunidade. Tal operação traz uma forte contradição fundiária, que se refere à formalização jurídica de uma área cuja posse tradicional já era exercida pelas comunidades há mais de cem anos.

Essa situação alarmante também apareceu durante a primeira roda de conversa realizada em 22 de junho de 2025, quando Aroeira traz uma preocupação acerca das áreas de uso comum que permanecem sem regularização fundiária, pois ficam expostas aos conflitos e práticas grilagem.

E aí, só pra vocês terem uma noção, o primeiro parque foi regularizado de forma ilegal. Era uma área que não tinha documento. Eles buscaram um documento de uma fazenda Aroeira, que os limite dela é lá pra região de Ibitiara, e fizeram a documentação exatamente na área que queriam.

Colocaram em nome de uma pessoa que a gente nunca viu dizer que tivesse pedaço de terra ali nessa área. E depois, doaram essa propriedade pra associações comunitárias que de comunidades que estavam mais próximas das áreas e implantaram o parque (Aroeira, 2025).

Doar às comunidades uma área que já era tradicionalmente ocupada por elas não apenas mascarou o problema fundiário existente, como também produziu novos conflitos. A área em questão era utilizada de forma compartilhada por outras comunidades do entorno, que, a partir desse processo, passaram a sofrer restrições de uso, comprometendo práticas coletivas, modos de vida e acordos territoriais historicamente construídos.

O documento que denuncia as ameaças, também revela que a presença do empreendimento contribuiu para a fragmentação organizativa das comunidades. Em 2008, integrantes da comunidade de Boa Vista solicitaram o desligamento da ACOMPOV e constituíram uma nova associação, Associação Comunitária do Povoado de Boa Vista (ASCOBOVI), com o objetivo de receber valores referentes ao arrendamento.

Quando as coisas demoram pras empresas, elas procuram outro jeito. E o jeito que encontraram foi incentivar a comunidade mais próxima da área coletiva a criar uma nova associação. Isso acabou desmembrando uma das nossas comunidades, a Boa Vista, da nossa associação (Aroeira, 2025).

A proposta de celebração de contrato de arrendamento de terras para a instalação da usina eólica, surgiu por volta do ano de 2008, envolvendo apenas as associações das comunidades de Sumidouro (Associação dos Produtores Rurais de Sumidouro e Baixio do Sumidouro-ASPRUS) e Boa Vista (ASCOBOVI). As demais comunidades que também utilizavam o fundo de pasto, como as que integram a ACOMPOV e tantas outras que soltavam seus animais na área, não participaram das negociações, e também não recebem pelo arrendamento. A associação da comunidade de Olhos D'Água de Dentro reivindicou participação nos recursos do arrendamento, argumentando que seus ancestrais sempre utilizaram o fundo de pasto, o qual, inclusive, abriga uma aguada que leva o nome de um de seus antepassados.

Essa divisão institucional resultou em tentativas de fragmentação do território e

na restrição do uso coletivo das áreas de fundo de pasto, conforme registrado no documento:

Com essa divisão, a nova associação de Boa Vista chamada de ASCOBOVI entendeu de dividir o território e enviou comunicado proibindo os criadores da ACOMPOV a usar o Fundo de Pasto, que após esta divisão ficou na área deles. A ACOMPOV realizou algumas reuniões buscando manter os animais de seus criadores no mesmo regime que sempre viveram, porém com restrições. Com isso, criou um clima desconfortável entre as duas associações (ACOMPOV, 2019, p. 2).

A chegada dos empreendimentos seja do setor das energias, como também da mineração entre outros, aos territórios é frequentemente marcada pela instauração de conflitos internos nas comunidades. Esse processo não ocorre de forma acidental, mas como parte estratégica de uma dinâmica de enfraquecimento dos vínculos comunitários, que rompe relações de confiança e estimula disputas entre famílias, vizinhos e associações, conforme visto a seguir:

Eu estava aqui escutando as falas e pensando que aqui a gente vivia em paz o tempo todo e quando essas empresas chegam é só conflito. Entre família, entre comunidades, entre vizinhos. E aí, o quanto mais a gente consegue se organizar em família, comunidade e associação, a gente fica mais forte para enfrentar. (Gameleira, 2025) .

Mesmo diante desse cenário, a ACOMPOV manteve a busca pela regularização das áreas de uso comum e particulares, acionando a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) para a realização de ações discriminatórias. As rodas de conversa também mostram que houve essa luta.

Mas, com o andar do processo, mesmo diminuindo o público e perdendo território, abriram-se novas portas, surgiram novas lideranças, inclusive mulheres ocupando esses espaços. A gente não parou. Continuamos na luta pela regularização das áreas coletivas que sobraram. Não é uma luta fácil (Aroeira, 2025).

Em 2017, diante da proposta de ampliação do parque eólico, a necessidade de regularização fundiária para resguardar o território tornou-se ainda mais urgente. A ampliação prevista atingiria a área de uso comum localizada na comunidade de

Papagaio, bem como propriedades particulares da própria comunidade e de comunidades vizinhas, razão pela qual a associação foi procurada pela empresa para a celebração de um novo contrato. Considerando que tanto os proprietários particulares quanto a comunidade demonstravam interesse no projeto, a ACOMPOV buscou assessoria jurídica popular para compreender os termos contratuais.

A divisão interna alimentada por promessas individuais, e disputas fundiárias cria um ambiente de instabilidade que favorece a atuação empresarial. Como lembra Aroeira em seu relato oral durante a roda de conversa realizada em 24 de agosto de 2025, “mesmo quando o contrato é individual, o impacto é coletivo. A comunidade fica com a poeira, o barulho, a movimentação, e a vida nunca mais é a mesma”. Diante disso, a organização coletiva, tem emergido como estratégia no enfrentamento desse problema.

Eu só acrescentaria a questão de não assinar logo quando eles chegam. Eles vêm com a proposta, a gente não tá acostumado com dinheiro, o agricultor pensa:-- “vou assinar logo isso”. Às vezes acha que tá bom. Mas quando a gente segura um pouco, vai atrás, junta mais pessoas, a proposta melhora (Baraúna, 2025)¹⁰.

Em 2018, a empresa então responsável pelas usinas, a Statkraft, convocou uma reunião para comunicar a desistência da área inicialmente prevista e manifestar interesse na área de uso comum da comunidade de Mangabeira. Nesse contexto, o território já era tensionado por tentativas de avanço de proprietários vizinhos sobre a área coletiva, passou a registrar o agravamento dos conflitos fundiários, culminando no recebimento de ameaças de morte direcionadas à diretoria da associação.

A intensificação das disputas territoriais e o surgimento de ameaças de morte dirigidas à diretoria da associação expressam a violência territorial. Tendo em vista as contribuições de Svampa (2019), pode ser entendida como uma combinação entre pressão econômica, fragilização institucional e criminalização das lideranças que resistem à expropriação. Essas ameaças não podem ser compreendidas como eventos isolados, mas como parte de um padrão recorrente nos conflitos envolvendo comunidades tradicionais e grandes empreendimentos no Brasil e na América Latina.

A luta pela regularização fundiária das áreas de fundo de pasto faz parte de um campo mais amplo de disputas socioambientais, marcado pela colonialidade do

¹⁰ Relato oral durante a roda de conversa realizada no dia 22 de junho de 2025.

território, pela parcialidade estatal e pela imposição de um modelo de desenvolvimento que desconsidera as territorialidades tradicionais.

Em consonância com o que Svampa (2019) chama de giro ecoterritorial, essas lutas expressam a afirmação do território como espaço de vida, direitos, identidade e reprodução social, em oposição à sua redução a mero ativo econômico. A situação analisada é um convite à compreensão dos conflitos não apenas como problemas locais, mas como expressões de estruturas históricas e políticas que seguem produzindo desigualdades, expropriações e violência no campo brasileiro.

A luta pela regularização fundiária não se limita à “garantia” formal da terra mediante ao CCDRU, mas envolve a defesa do território frente a interesses externos, em um contexto marcado por conflitos, violência e intimidações. Como expressa Aroeira em relato oral durante a roda de conversa realizada no dia 22 de junho de 2025: “Nossa luta sempre foi pela defesa do território e pela regularização fundiária, marcada também por violência e ameaças às lideranças. A gente não baixou a cabeça, buscou apoio e continuou.”

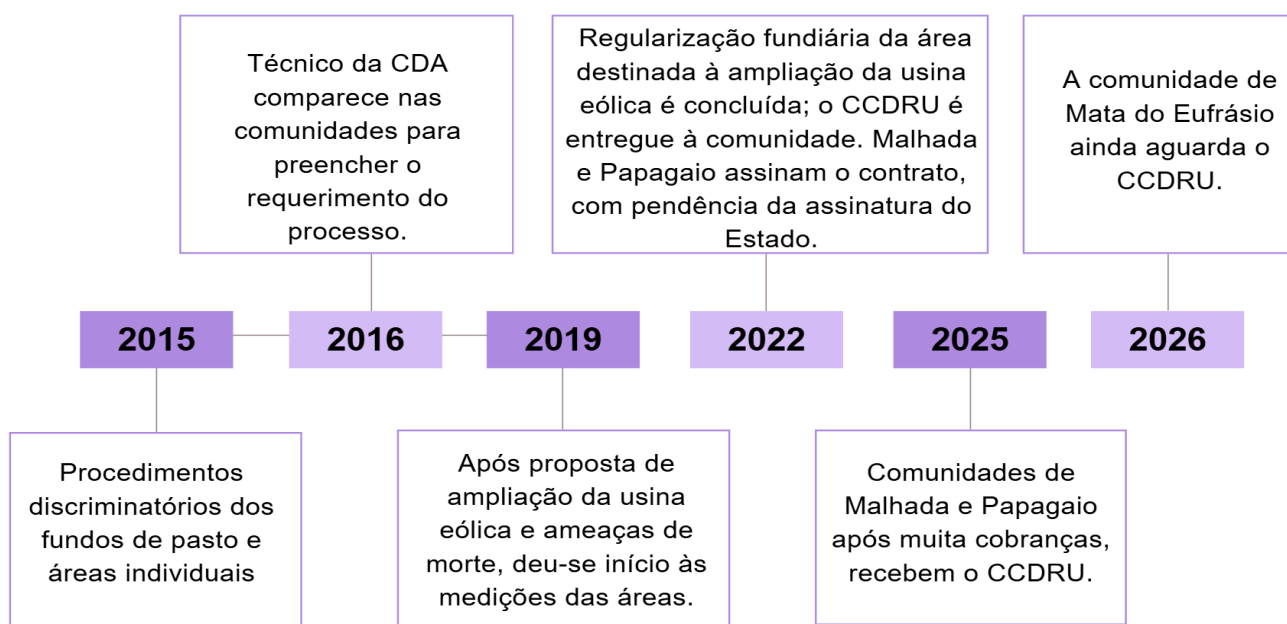
É nesse cenário de intensificação dos conflitos, associado à proposta de ampliação do empreendimento e às ameaças sofridas pelas lideranças, que se iniciam, em 2019, as medições voltadas à regularização fundiária do território.

No nosso caso, a gente pegou a área de uso comum, regularizou em nome da associação e eles tiveram que fazer o contrato com a associação. Esse contrato demorou, porque a gente não podia aceitar do jeito que veio e a regularização fundiária não tava pronta. No final de 2020 eles tiveram que mudar de região, porque já tinham participado do leilão e vendido a energia antes de o parque tá pronto. O parque que seria aqui, acabou sendo implantado na região de Irecê, em Uibaí. Infelizmente, o governo só agilizou a documentação quando o parque chegou, as outras áreas continuam sem documentação (Aroeira, 2025).

A ausência histórica de regularização fundiária gera insegurança jurídica e vulnerabiliza as comunidades, favorecendo conflitos e violências ligados à apropriação dos bens comuns. Em resposta, a ACOMPOV, com organizações parceiras, passou a pressionar os órgãos competentes e já obteve avanços, como relata Aroeira: “Hoje, com a parceria da Central, três das quatro áreas já têm contrato de concessão de direito real de uso, ainda tem uma pendente. Todas as nossas áreas

de uso comum são de interesse das empresas, seja pra eólica ou pra mineração”. Ainda assim, há limitações na proteção territorial das comunidades, que seguem expostas a pressões e ameaças. A figura 5, sintetiza o histórico da luta da ACOMPOV na busca por regularização fundiária.

Figura 5: Histórico da ACOMPOV na busca pela regularização fundiária junto ao órgão competente



Fonte: Elaboração própria (2026) com base em ACOMPOV.

Em 2020, em meio à pandemia da Covid-19, o Governo do Estado da Bahia publicou a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2020, que passou a orientar a regularização fundiária dos corredores de vento destinados à implantação de empreendimentos eólicos. Embora apresentada como um avanço para a titulação de terras, a normativa desloca a iniciativa do processo para as empresas interessadas, vinculando a regularização à viabilização dos projetos e à segurança jurídica das empresas (Ribeiro, 2021). Nesse sentido, o Estado utiliza de meios jurídicos para apressar a regularização fundiária em áreas de interesse das eólicas e as comunidades tradicionais permanecem vulneráveis.

Cabe destacar que as comunidades de Mangabeira vinculada à ACOMPOV e Boa Vista vinculada a ASCOBOBI, no município de Brotas de Macaúbas, serviram como referência empírica no processo de formulação da IN nº 01/2020. Diante do interesse de expansão de empreendimentos eólicos por parte da Statkraft Energias

Renováveis, a demanda pela regularização fundiária tornou-se mais urgente e estratégica. De um lado, as comunidades reivindicavam formalmente o reconhecimento da posse coletiva como mecanismo de proteção de seus territórios tradicionalmente ocupados, sendo que, no âmbito da ACOMPOV, lideranças femininas sofriam ameaças de morte. De outro, a empresa interessada na implantação da usina eólica (Morro do Cruzeiro) buscava assegurar as condições necessárias para o licenciamento ambiental e a participação nos leilões de energia (Ribeiro, 2021). Nesse contexto de tensão e disputa territorial, a regularização fundiária tornou-se determinante, impulsionando a elaboração do referido instrumento normativo.

O histórico mostra a lentidão do processo de regularização fundiária nos territórios de fundo de pasto, marcado por avanços pontuais e longos períodos de espera. A atuação estatal mostra-se fragmentada e, muitas vezes, condicionada às demandas dos empreendimentos, resultando em insegurança jurídica e na permanência de comunidades, como Mata do Eufrásio, ainda sem o reconhecimento formal de seus territórios. Nesse sentido, o Estado atua como mediador desigual, favorecendo o capital em detrimento dos direitos territoriais das comunidades.

4.4 Ameaças à posse coletiva: a intensificação dos conflitos e das sobreposições territoriais

O avanço do capital tem promovido uma série de conflitos fundiários, com relatos de ameaças de morte, grilagem de terras e sobreposição do em áreas coletivas de comunidades tradicionais, como as de fundo de pasto. As comunidades da ACOMPOV vivenciam essa realidade constantemente. Pois, a cada dia que passa, mais empresas tanto do setor das energias renováveis, quanto do setor mineral demonstram Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) interesses em implementar novos projetos nas áreas de uso comum. Para isso, abrem mão de estratégias semelhantes às de empresas com projetos já consolidados. A instauração de conflitos parece ser unânime.

Os relatos das mulheres indicam que a lógica da sobreposição territorial também está presente nos empreendimentos de mineração. Foram relatadas práticas semelhantes às observadas com a chegada das usinas eólicas. Nesse contexto, a gestão das áreas de uso comum, vai sendo gradualmente desestabilizada, resultando na perda do controle comunitário sobre o território. As áreas de uso comum passam

a ser apropriadas por agentes externos com apoio de documentos questionáveis feitos em nome de alguma pessoa da comunidade.

Porque a gente sabe que tem pessoas que vêm dizendo que é dono e começam a querer ser dono de todo lugar. A gente tem aqui outra questão com a mineradora. A gente tinha um pedaço que era nosso e eles invadiram. A empresa foi lá, arrumou o documento deles e ampliou o pedaço deles, mas a gente continua dizendo que eles roubaram nossa terra, que inclusive não é terra particular. A empresa procurou uma área que era aberta, regularizada em nome da associação, mas eles conseguiram botar lá em cima da área nossa e trabalhar. A mineradora destruiu tudo e a gente só escutando a zoadada. Por isso tem que correr atrás, mostrar o documento e dizer que a empresa não pode fazer contrato com quem não é dono (Baraúna, 2025).

As empresas usam os proprietários individuais para avançar sobre as áreas coletivas, se valendo do CEFIR de forma irregular para registrar terras pertencentes a toda a comunidade, em nome de uma única pessoa. Mesmo que a área seja ocupada tradicionalmente pela comunidade, a ausência de um documento formal gera vulnerabilidade, pois abre brechas para reivindicação da posse por terceiros.

Eles até podem medir e levar para o Estado validar, mas também procuram caminhos mais fáceis, fazem um recibo qualquer, um documento que não é legal. É nessas áreas que começa a grilagem, aparecem pessoas dizendo que são donas com base em documento frio (Aroeira, 2025).

Áreas tradicionalmente ocupadas e de uso comum pelas comunidades são frequentemente registradas como propriedades privadas, uma vez que o CEFIR se trata de um documento de natureza auto declaratória. Então, quando essas empresas chegam e procuram individualmente os proprietários que tem propriedade individual vizinha da área de uso comum, acabam influenciando o cercamento da parte da área coletiva para receber individualmente pelo arrendamento da área. Nesse contexto a falta da regularização fundiária dos territórios coletivos, deixa as comunidades em uma posição vulnerável frente aos grandes empreendimentos.

Por isso, a comunidade precisa ter muito cuidado. Se resistir, mas não buscar a regularização, pode aparecer um espertalhão dizendo que é dono e,

quando a comunidade perceber, o contrato já está assinado e a outra pessoa já está recebendo. Mesmo sem documento, a área é da comunidade. Quando a gente já tem documentação, consegue provar que a área é nossa. Quando não tem, é luta. E, infelizmente, a empresa costuma ficar do lado de quem facilita, do lado do espertalhão. Por isso é importante ter qualquer documento e correr atrás do Estado, de preferência via associação, porque uma pessoa sozinha nem é atendida. (Aroeira, 2025).

Em parte, essa situação decorre da ausência da CLPI e da pressão por terras para a instalação dos projetos. De acordo com Packer (2020), a inscrição do território tradicional independe de título formal de posse ou propriedade, pois a posse comunal se fundamenta no vínculo cultural e espiritual da comunidade com a terra, reconhecido como direito pré-existente pela Convenção nº169 da OIT. Assim, mesmo em casos de sobreposição com imóveis públicos ou privados titulados, o CEFIR coletivo deve permanecer ativo, uma vez que o órgão ambiental não tem competência para definir a melhor posse.

4.5 Formas de resistência, negociação coletiva e limites do enfrentamento

Nesta pesquisa a resistência é entendida como ação constante de reconstrução da luta coletiva, que se materializa na organização comunitária e na oposição às injustiças sociais. Assim, os modos de resistir nas comunidades não acontecem apenas quando elas dizem não, ou nas tentativas diretas de barrar a implantação dos empreendimentos. Mas se expressam também nas práticas cotidianas de afirmação dos vínculos comunitários, na elaboração de estratégias coletivas de enfrentamento e na permanência no território.

É possível observar nos relatos das mulheres que a resistência não se manifesta apenas na oposição total aos projetos, mas também se constrói dentro do próprio processo de negociação. Quando parte significativa dos (as) moradores(as) demonstram interesse na instalação dos projetos, a resistência tem sido a busca por melhores condições para a comunidade. Nesses casos, as lideranças comunitárias têm enfrentam a assimetria de poder nas negociações para que ela não se dê de forma tão injusta e desigual.

Às vezes a gente não consegue barrar, mas pode lutar para amenizar, exigindo coisas na negociação. Eles nunca trazem o valor justo, né? Negociando, dá para aumentar, às vezes dobrar. Eles são treinados para convencer, o dinheiro parece muito, mas quando a gente faz as contas, muitas vezes não é. Por isso, quando a gente se junta, mesmo não conseguindo barrar, consegue pelo menos melhorar as condições (Aroeira).

Quando os/as moradores/as se unem e se organizam, suas capacidades de enfrentamento são fortalecidas. É a organização que possibilita as comunidades serem agentes da própria transformação e a sair da condição de meras receptoras de intervenções externas. Como no lembra Freire (2019) a classe dominante se fundamenta na alienação, manipulação invasão cultural, em um jogo psicológico, onde os oprimidos são conduzidos a naturalização da opressão.

No início a gente teve a intenção de barrar, mas a estratégia deles é chegar em cada proprietário individualmente, convencendo um a um. Aí, quando sobra alguém no meio, o da frente já assinou, o de trás já assinou, e a gente fica meio que preso. Barrar mesmo só se fosse uma combinação da comunidade inteira (Aroeira, 2025).

Essa abordagem individual, é uma estratégia para quebrar a resitência coletiva. De acordo com Freire (2019, p.46), “um dos elementos básicos, na mediação opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra”. Nessa dinâmica, o agir dos oprimidos tende a ser orientado por referências impostas, reproduzindo a lógica da dominação e limitando a construção de uma consciência crítica e autônoma . Com as comunidades fragmentadas e enfraquecidas, torna-se mais fácil impor contratos, avançar sobre áreas coletivas e consolidar a territorialização desses empreendimentos, mesmo diante de resistências. Assim, o conflito passa a ser um instrumento central para viabilizar os projetos, deslocando o debate do interesse coletivo para negociações isoladas.

Não é fácil, porque enquanto a gente segura, outro vizinho quer assinar logo e isso gera conflito dentro da comunidade. A gente chegou a receber ameaça de morte por pessoas da própria comunidade. A empresa acaba gerando conflito, e a ambição faz com que alguns queiram um pedaço que não é seu, até da área coletiva, que era de todo mundo (Baraúna, 2025).

A Soma se a esta questão, um incentivo implícito de apropriação privada das áreas de uso comum, principalmente quando estas ainda não foram regularizadas. Essas áreas que são regidas por normas construídas e compartilhadas pela própria comunidade. Embora estas normas não estejam formalizadas por escrito, são reconhecidas e praticadas pelos/as moradores/as e diante dessa situação, correm o risco de serem diluídas.

Aa primeira coisa que as empresas trazem pra gente são os conflitos. Não tem um lugar que eles chegam que não tenha conflito, exatamente por conta desses espertalhões. A pessoa que já não tem consciência de usar só o que é dela quando chega esses projetos e quer se apossear do coletivo já está mostrando um pouco de quem é. E aí a gente não sabe até que ponto essa pessoa pode ir, por isso precisa ter muito cuidado. A gente não vê o apoio do Estado, nem do município é a gente mesmo é quem dá a cara e pode até perder a vida (Aroeira, 2025).

Nesse contexto, a chegada de grandes empreendimentos aos territórios tradicionais não traz apenas impactos econômicos, mas incide diretamente sobre o exercício da posse ancestral das áreas ocupadas pelas comunidades camponesas (Ribeiro et. al., 2018). Ao desorganizar formas históricas de uso comum da terra, esses projetos instauram conflitos internos e externos, fragiliza as relações comunitárias e colocam em risco a permanência das famílias em seus territórios tradicionalmente ocupados. Tudo isso reflete nos modos de vida, vínculos socioculturais e a reprodução coletiva do território.

4.6 O que o contrato não diz: impactos coletivos e resistência nos territórios tradicionais

É evidente a relevância das organizações comunitárias e das assessorias populares como estratégias de resistência frente à desigualdade de poder nas negociações contratuais. A busca por parcerias para a compreensão da linguagem jurídica e a proposição de alterações contratuais revela uma tentativa de reequilibrar relações marcadas pela desigualdade.

Sabe-se que a linguagem contratual possui uma complexidade técnica que não favorece a compreensão pelo público geral. Em comunidades camponesas onde

o acesso à educação formal foi negado por muito tempo, essa dificuldade pode ser mais acentuada. Houve situações em que os proprietários assinaram o contrato sem realizar a leitura prévia, ou sem compreender plenamente o seu conteúdo. Diante disso, a atuação das lideranças comunitárias foi procurar assessoria com organizações parceiras que popularizaram essa linguagem.

A assessoria popular foi fundamental para que a comunidade compreendesse a linguagem técnica pouco e acessível presente no contrato, que, por si só, dificulta o entendimento principalmente por parte de pessoas com baixo nível de escolaridade. A ACOMPOV contou com o apoio de assessorias como a Fundação João Cristiano, Comissão Pastoral da Terra (CPT) que buscou a assessoria jurídica popular da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) e pesquisadoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), através do grupo de pesquisa GeografAR (Ribeiro *et. al.*, 2018).

Esse acompanhamento foi decisivo para que a ACOMPOV se mantivesse vigilante durante todo o processo de negociação. Como é reforçado por Aroeira. “A gente sempre buscou advogado que não fosse o da empresa, porque eles defendem os interesses deles, não os nossos”. A assessoria independente, possibilitou não apenas a melhoria dos valores propostos nos contratos de arrendamento, mas também a remoção de cláusulas excessivamente abusivas, ou que poderiam comprometer o futuro do território.

A CPT tem sido uma grande parceira nessa luta. Quando as empresas chegam, trazem propostas muito feias, com valores baixos, cláusulas que comprometem as futuras gerações e multas absurdas, que a gente não tem condições de pagar. Com essas assessorias a gente conseguiu tirar um bocado dessas coisas (Aroeira, 2025).

A fala de Aroeira traz uma questão central nesses contratos, as cláusulas abusivas que concentram poder na empresa, limitam a autonomia territorial. Foram suprimidas por meio das negociações entre ACOMPOV e Statkraft, as cláusulas que isentavam a empresa da obrigação de recuperar o imóvel após danos, que proibiam qualquer interferência da comunidade sob pena de multas diárias, e que impediam a rescisão do contrato pela proprietária, mesmo diante de situações mais vantajosas ou de interesse coletivo. Também foram excluídas multas desproporcionais, como a penalidade milionária por desistência, a vinculação automática de herdeiros e

sucedores a um contrato irrevogável, e cláusulas de sigilo absoluto que limitavam a transparência e o debate comunitário.

Para fortalecer o processo de negociações, a ACOMPOV estabeleceu uma relação de parceria com a Associação Comunitária do Povoado de Boa Vista (ASCOBOVI) que também estava nesse processo de arrendamento da área de uso comum para o mesmo projeto. Antes das negociações, o montante proposto no primeiro contrato (2018) era considerado muito baixo, se comparado ao segundo (2019).

Conforme apresentado na tabela a seguir, que compara os valores propostos nos contratos antes e depois das negociações com a ACOMPOV, nota-se uma diferença significativa na remuneração pelo arrendamento de áreas, considerando um aerogerador. A comparação evidencia o impacto direto do processo de negociação coletiva e bem assessorada, demonstrando como a atuação organizada da comunidade resultou na melhoria dos contratos (Ribeiro, 2021).

Tabela 1: Comparação dos valores de arrendamento antes e depois das negociações com a ACOMPOV (por aerogerador)

	Valores do contrato	
	2018 (antes)	2019 (depois)
Período pré-operacional	1.800,00	36.847,00
Período construção	-	49.130,00
Período operacional		
Valor por aerogerador Energia gerada (MW)	6.000,00	16.000,00
Valor pelo Uso da área do parque	-	73.627,00
Remuneração anual (R\$)	6.000,00	89.627,00

Fonte: Ribeiro (2021)

As minutas contratuais apresentam valores de remuneração por aerogerador que variam conforme a fase do empreendimento. No entanto, não especificam a localização exata nem a quantidade de aerogeradores a serem instalados em cada propriedade. Em alguns casos, o contrato é assinado sem que haja garantia da implantação do equipamento. De acordo com Ribeiro (2021), a ausência de definição prévia sobre o número e a localização dos aerogeradores impossibilita a estimativa do

valor a ser recebido por cada associação ou proprietário individual, gerando insegurança e incerteza no processo decisório quanto à assinatura do contrato. Essa fragilidade contratual também é evidenciada nas falas das lideranças comunitárias.

A empresa nunca diz onde a torre vai ficar, porque se disser o proprietário pode negar ou querer negociar mais. Em propriedades pequenas, muitas vezes a torre não fica na sua área, mas você fica com a sombra, o impacto e o barulho. Por isso é preciso mexer no contrato e entender o que está ali, porque geralmente ele beneficia mais a empresa do que o proprietário (Aroeira, 2025).

Omitir essas informações dificulta que os proprietários recusem o empreendimento ou negociem melhores condições. Com cláusulas vagas, os contratos tendem a beneficiar a empresa, enquanto os impactos se distribuem de forma coletiva pelo território, atingindo inclusive quem não recebe nenhuma compensação financeira. Por isso, compreender o contrato e evitar a assinatura imediata tornam-se estratégias fundamentais de proteção comunitária, já que os efeitos são para além da esfera individual.

Por isso é importante entender o contrato e não assinar de primeira. Às vezes a pessoa assina achando que vai cair uma torre na sua roça, mas depois ela cai na do vizinho, e quem assinou fica só com o impacto. E o impacto fica para a comunidade: barulho, poeira, mudança no jeito de viver. Aqui a gente já escuta o barulho das torres a quilômetros de distância (Aroeira, 2025).

Observa-se que as minutas dos contratos propostos a ACOMPOV pelas empresas Centrais Elétricas Carnaubal S.A (CEC) e Marwind Energias Renováveis LTDA também contém cláusulas que requerem muita atenção. Ambos garantem à empresa o uso exclusivo e prioritário da terra, incluindo solo, subsolo e espaço aéreo. Previsão de remuneração inicial baixa durante as fases de estudo e implantação, bem como a possibilidade da empresa rescindir o contrato sem ônus, caso considere o empreendimento inviável, enquanto a comunidade permanece obrigada a manter o acordo, sob risco de multas elevadas. Cessão do contrato a terceiros sem negociação coletiva, a imposição de confidencialidade, que restringe a transparência e o debate comunitário, e a eleição de foro distante, dificultando a defesa dos direitos da comunidade.

Tanto a CEC, como a Marwind em reuniões com a ACOMPOV, falava que o objetivo era implantação de usinas de energia eólica. Porém, a minuta do contrato apresentada, incluía também a possibilidade de exploração de energia solar. Essa redação amplia o escopo do empreendimento sem previsão de nova negociação ou consentimento específico da comunidade. De modo que, permite a empresa implantar projetos solares na mesma área ou em áreas remanescentes, utilizando o mesmo contrato e a mesma remuneração.

Referente a esse problema, Aroeira alerta “não é só valor, tem cláusulas que complicam depois. Por exemplo, o contrato vinha falando de eólica e solar, e a gente pediu para tirar o solar. Se quiser solar, é outra negociação”. Trata-se de uma cláusula estratégica que antecipa futuros usos do território. Ao vincular diferentes matrizes energéticas em um único instrumento contratual, a empresa cria meios para a intensificação da ocupação territorial.

Assim, uma vez dada a anuência para a instalação de usinas eólicas, abrem-se brechas para outros empreendimentos. Esses elementos são previamente incorporados à lógica dos empreendimentos e formalizados nos instrumentos contratuais. As minutas de contrato de arrendamento para a implantação de usinas eólicas já preveem expressamente a autorização para a instalação de usina solar, linhas elétricas de transmissão aéreas ou subterrâneas, bem como de subestações, postos de transformação, vias de acesso e demais infraestruturas necessárias ao escoamento da energia produzida. Trata-se de uma cláusula particularmente preocupante, pois confere ampla liberdade à empresa arrendatária para intervir no imóvel e no território, muitas vezes sem delimitar com precisão a extensão, a localização ou os impactos dessas estruturas

Essa abordagem das empresas tornam evidentes as ameaças à autonomia comunitária e a violação ao direito à consulta. Nessa lógica, a capacidade de decisão da comunidade sobre seus bens comuns, é reduzida. E a ameaça à autonomia comunitária não se dá apenas pelos valores econômicos envolvidos, mas sobretudo pela forma como o contrato pode comprometer, a longo prazo, a gestão coletiva do território.

Destaca-se a importância das negociações acompanhadas por assessorias qualificadas (Ribeiro, 2021), uma vez que, conforme visto nas propostas iniciais apresentadas por ambas empresas, são recorrentes cláusulas que comprometem a autonomia comunitária e priorizam a segurança jurídica do empreendimento em

detrimento da proteção social, territorial e intergeracional das comunidades. Na ausência de uma análise cuidadosa e coletiva desses contratos, as comunidades ficam expostas ao risco de firmar acordos que lhes são prejudiciais, muitas vezes sem plena compreensão de seus efeitos, situação que tem se repetido especialmente quando as empresas realizam abordagens individualizadas aos proprietários.

Além disso, a postura ativa das lideranças tem sido estratégica na negociação coletiva, possibilitando a pactuação de termos de compromisso social. Esses termos foram propostos pelas lideranças e elaborados pela assessoria jurídica popular, a partir da compreensão de que as garantias previstas nos contratos eram insuficientes para resguardar os interesses da comunidade.

Mesmo sendo uma comunidade tradicional reconhecida a empresa sempre tenta trazer o que ela já imagina. A gente não aceita desse jeito. A gente leva as nossas propostas, eles trazem as deles, e o que dá certo fica; o que não dá, a gente tira e coloca o nosso. Porque a gente sabe que, mesmo quando o contrato é individual, o impacto é coletivo. [...] A gente fez um termo antes de assinar o contrato, já dizendo o que estava fechado para ser feito. É isso que a gente está fazendo agora com essa nova empresa também. Primeiro a gente levanta nossas demandas, elabora as propostas e só analisa o contrato depois que eles dizem o que aprovam ou não. Se deixarem muita coisa de fora, isso vai para o valor. Se não pagar mais, a gente não assina (Aroeira, 2025).

As demandas comunitárias são garantias mínimas frente aos impactos do empreendimento. Enquanto negocia o termo de compromisso social, a comunidade não assina o contrato, é uma forma de assegurar que suas reivindicações sejam atendidas. Aroeira deixa isso bem nítido em relato oral durante a roda de conversa realizada em 22 de junho de 2025, “a gente disse que não mexe no contrato enquanto as demandas não estiverem acertadas”. Esse acordo social precisa ser formalizado, visto que acordos verbais não são reconhecidos pelas empresas e tendem a ser descumpridos.

A gente sabe que é difícil barrar, porque as empresas têm dinheiro e o governo chama de desenvolvimento, mas se vier, a gente precisa tentar garantir o máximo possível, tanto no contrato individual, quanto no acordo social para a comunidade. Tudo precisa estar escrito, porque de boca não

vale nada. Se não tiver no papel, eles não fazem. E mesmo o que tá no papel a gente precisa ficar cobrando, porque as condicionantes que liberam são mínimas e quase não fazem diferença pra comunidade (Baraúna, 2025).

Ainda que os contratos tenham sido melhorados, os danos ambientais, a alteração do modo de vida e os efeitos cotidianos como a poeira, o barulho e a degradação do território, continuam sendo coletivizados. Nesse sentido, o depoimento aponta os limites da própria negociação, ela não promove equilíbrio, mas apenas a tentativa de amenizar injustiças estruturais que seguem marcando a relação entre os empreendimentos e as comunidades.

Porque o impacto ambiental vai ser para toda a comunidade, para toda a sociedade. Quando a gente assina um contrato desse, a gente acaba contribuindo com a destruição ambiental e com a alteração da vida de toda a comunidade. Às vezes a gente não consegue barrar, mas também não dá para falar em equilíbrio, porque tá longe de equilíbrio. O que a gente tenta, é ver o que dá para amenizar essa situação (Aroeira, 2025).

É certo que a chegada desses empreendimentos impõe conflitos, a fragmentação das comunidades e injustiças sociais. No entanto, quando a comunidade se organiza e consegue construir consensos internos, resistindo à pressão para assinar contratos de forma apressada, é possível amenizar a situação. Os depoimentos mostram que o contrato não deve ser assinado “logo de primeira”, mas apenas após ser lido, compreendido e analisado com o apoio de assessoria jurídica popular de confiança da comunidade. Assim, a organização, a informação e o tempo tornam-se estratégicos na resistência frente aos projetos de energias renováveis no território.

4.7 Territorialização do capital energético e impactos comunitários

Sossego, para as comunidades tradicionais de fundo de pasto, não se confunde com silêncio ou ausência de movimento. Sossego é poder plantar respeitando os ciclos da terra, acompanhar o tempo da chuva, da lua e da colheita. É garantir a continuidade de práticas que atravessam gerações. Logo, a roça é essencial na reprodução da vida dessas comunidades. É viver da energia viva que a terra produz,

o alimento que nutre os corpos, sustenta as famílias. Sossego é ter autonomia sobre o próprio território, decidir sobre seus usos e sentidos, e construir o bem viver a partir de relações de cuidado com a natureza e com o coletivo.

Mas, quando o capital impõe sua lógica aos territórios, o sossego é ameaçado de diversas formas. Os impactos dos empreendimentos eólicos não se reduzem à instalação das usinas. Mas, se estende de forma preocupante à implantação das linhas de transmissão e subestações para o escoamento da energia gerada. Segundo Aroeira, “o parque gera energia, mas precisa jogar essa energia em alguma rede”, o que implica, na construção outras infraestruturas associadas. “Se não tiver rede na região, pode ter certeza que eles vão construir. E isso vira outro problema. Onde chega parque, chegam também as linhas e subestações”. A soma desses problemas resulta em pressões sobre os territórios tirando-lhes o sossego com a restrição dos usos da terra pelas comunidades.

Aroeira demonstra preocupação em seu relato oral durante roda de conversa realizada no dia 24 de agosto de 2025 e traz uma questão bem alarmante que é o risco real das pessoas não poderem mais utilizar a terra para fazer seus roçados a partir de suas práticas tradicionais. “Essas redes vão cortando as propriedades e chega um momento que você não pode fazer mais nada na terra. Aqui já tem roça que não pode mais usar fogo por causa das redes.” Então, os impactos atingem dimensões importantes da vida das comunidades tradicionais.

Da roça vem a autonomia alimentar, e Jurema expressa o temor de perdê-la ao afirmar que “o dia que a gente não puder mais plantar o nosso alimento, a vida perde o sentido¹¹”. Cultivar o próprio alimento sustenta não apenas o corpo, mas também a dimensão simbólica da vida comunitária. Como relata: “aqui a gente ainda planta no roçado como sempre plantamos. Um dia esse pessoal do parque passou aqui em casa dizendo que não pode trabalhar desse jeito, que desmatamento e queimada é crime”. Enquanto as práticas tradicionais são criminalizadas, a destruição promovida pelo empreendimento é legitimada. Nas palavras da moradora: “eles explodem a serra, cortam um monte de árvores e a minha coivara¹² para produzir comida que é crime?”,

¹¹ Relato oral durante roda de conversa realizada no dia 24 de agosto de 2025.

¹² A coivara é uma técnica agrícola tradicional que consiste na capina da área, no ajuntamento da vegetação e na queima controlada do material, utilizando as cinzas como forma de adubação natural do solo. Além dessa prática ancestral, existem outras técnicas fundamentadas na agroecologia que vêm sendo gradualmente experimentadas pelas comunidades, demonstrando a capacidade de adaptação, inovação e manejo sustentável do território a partir dos próprios saberes locais.

revelando a inversão que transforma a produção de alimento em infração e naturaliza a devastação em nome da chamada energia limpa.

Gaona (2022), coloca a produção de alimentos como fonte primeira de energia não apenas biológica, mas social e territorial. Então, a roça não é apenas um meio de subsistência, mas um elemento que organiza a vida comunitária, do cuidado com o solo e da solidariedade. Quando o uso da terra para plantar comida se torna inviável, como alerta o depoimento, “a vida perde o sentido”. A perda da roça representa também a ruptura de vínculos, saberes e autonomias construídas historicamente.

Quando um empreendimento eólico chega às comunidades, esse sossego é rompido. A instalação das torres, estradas, linhas de transmissão desestrutura o cotidiano comunitário. O barulho constante, o medo de acidentes, as limitações impostas às práticas agrícolas tradicionais transformam o território em um espaço desassossegado. A terra deixa de ser lugar de vida para exalar a energia da morte simbólica dos territórios, conforme o relato oral de Mangabeira durante roda de conversa realizada no dia 24 de agosto de 2025.

Tem dias que o barulho é tanto que parece que a serra vai desabar. A gente fica com medo de uma torre cair em cima das nossas casas. A serra é muito importante para nós, é dela que vem a água, e depois desse parque a água está diminuindo. Cada pé de jatobá, de mangaba, cada pé de pau da serra é importante. A gente tem medo de chegar uma hora que não dê mais para morar aqui (Mangabeira, 2025).

Quanto o vale o sossego? Outro ponto que é necessário questionar, é a lógica de valoração imposta pelos empreendimentos como linhas de transmissão, que reduz o sossego a um valor monetário pontual, pago em parcela única, conforme relato de Aroeira: “E eles pagam muito pouco, em parcela única. Tem gente que recebe três mil reais e assina, mas quem segura consegue um pouco mais”. É perceptível como são desconsideradas as funções essenciais para a reprodução da vida que a terra oferece.

Trata-se, portanto, de uma troca profundamente desigual, ao impor restrições permanentes ao manejo tradicional, os empreendimentos convertem áreas produtivas em zonas de controle. Esse processo esvazia os sentidos comunitários atribuídos à terra e aprofunda a perda de autonomia das comunidades sobre seus próprios territórios.

Sossego é ter soberania territorial. Ele se manifesta na roça que produz, no

fundo de pasto compartilhado, na liberdade de circular, plantar, criar e manejar a terra sem imposições externas. O sossego é uma condição essencial para a reprodução da vida, que articula trabalho, cultura, memória e futuro. Ele é sinônimo de silêncio, mas quando se perde o sossego, não é apenas o silêncio, é sobretudo a autonomia, o direito de decidir e a possibilidade de viver bem em seus próprios territórios.

5. PRODUTOS EDUCACIONAIS

Os produtos educacionais foram construídos de forma coletiva e participativa, com a contribuição direta das mulheres das comunidades e de organizações parceiras, a partir do compartilhamento de narrativas, memórias e saberes produzidos nas lutas em defesa do território. As experiências reunidas expressam trajetórias de resistência, organização comunitária e afirmação dos territórios de vida como espaços de existência.

Dessa forma, esta pesquisa emerge como um ato político transformador que reconhece as mulheres como sujeitos históricos e não mais como agentes passivas, transpassando a relação de sujeito-objeto ditada pela metodologia científica convencional, a qual decide quem pode falar, quem pode produzir conhecimento, concebendo como sujeito o pesquisador e a comunidade como objeto da pesquisa.

Nesse processo, as mulheres são reconhecidas como sujeitas políticas e produtoras de conhecimento, cujos ensinamentos, construídos no cotidiano das lutas, inspiram os conteúdos e metodologias dos materiais. Assim, os produtos não apenas sistematizam experiências, mas se constituem como ferramentas formativas, voltadas ao fortalecimento da autonomia comunitária e da defesa de direitos.

5.1 Produto 1- Sistematização de um intercâmbio

O produto educacional consiste na sistematização do intercâmbio “Territórios em Disputa: Mulheres e seus saberes ancestrais resistindo à transição energética predatória”, realizado no dia 31 de agosto de 2025, na comunidade de Malhada, zona rural do município de Brotas de Macaúbas–BA. O Intercâmbio é uma das ações que

integra o Projeto AMORAS¹³ e foi um espaço político-pedagógico de educação popular, voltado à escuta, ao diálogo e à construção coletiva de conhecimentos a partir das experiências de mulheres de comunidades impactadas direta ou indiretamente por empreendimentos de energias renováveis e outros megaprojetos.

Este produto sistematiza esse intercâmbio e registra reflexões, aprendizados e narrativas construídas coletivamente ao longo do evento, valorizando a oralidade, a memória e os saberes locais como fontes legítimas de conhecimento. Dessa forma, o produto contribui para a formação crítica, o empoderamento coletivo e a construção de redes de solidariedade entre os territórios.

Por meio de metodologias participativas como mística, ciranda infantil, mesas de diálogo e narrativas de mulheres, o produto valoriza o protagonismo feminino e reconhece os quintais agroecológicos como espaços educativos, de resistência e produção da energia vital, o alimento. Destina-se a educadoras(es), estudantes, movimentos sociais e comunidades, como ferramenta de formação, reflexão crítica e fortalecimento das lutas em defesa dos corpos-territórios.

Mais do que um registro descritivo, a sistematização situa o intercâmbio como uma ferramenta de fortalecimento da autonomia comunitária, de valorização do protagonismo das mulheres e de afirmação do território como espaço de vida, cuidado e reprodução social. Assim, esse produto pensa o intercâmbio como parte de um processo contínuo de formação política e de construção coletiva de alternativas frente às desigualdades e injustiças socioambientais. Ademais, destaca-se que o material produzido será devolvido às mulheres participantes e ao Projeto Amoras, reiterando o compromisso ético-político com a socialização do conhecimento e com o fortalecimento das iniciativas locais.

5.2 Produto- 2: Oficinas para construção do Protocolo Comunitário CLPI

O produto consiste em um guia metodológico de propostas de oficinas voltado

¹³ Projeto AMORAS : Mulheres e seus saberes ancestrais nos quintais agroecológicos construindo outra sociedade, sendo executado pela Associação da Comunidade do Deserto, com apoio do Fundo Casa Socioambiental e da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), e com a parceria da Rede Chapada Agroecológica, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Observatório dos Conflitos Socioambientais da Chapada Diamantina (OCA), da Central de Associações de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus XXIII) e de associações comunitárias locais.

à construção coletiva e autônoma do Protocolo CLPI das comunidades tradicionais de fundo de pasto vinculadas à ACOMPOV. O protocolo autônomo é um instrumento político, que servirá de mecanismo de luta para as comunidades. Propõe-se a sua elaboração a partir de processos formativos enraizados nas lutas territoriais. O material tem caráter político-pedagógico, inspirado na educação popular, e busca fortalecer a autodeterminação comunitária diante de empreendimentos que impactam os territórios, como energias renováveis e mineração.

O guia não é um manual fechado, mas um suporte aberto que oferece princípios orientadores, pistas metodológicas e sugestões de oficinas temáticas para popularizar o direito à CLPI (Convenção nº 169 da OIT), resgatar a memória e a identidade territorial, mapear potencialidades e ameaças, e refletir criticamente sobre transição energética e justiça social. Valoriza o protagonismo das mulheres, a participação intergeracional, o respeito aos tempos e formas próprias de decisão e a centralidade do território como espaço de vida, memória e espiritualidade.

As oficinas são entendidas aqui como um caminho metodológico fundamental na formação e construção coletiva. Através delas, podemos criar um ambiente propício a escuta atenta, ao compartilhamento de saberes, vivências, trajetórias, experiências.

Em um processo de formação coletiva como defende Freire, é preciso saber escutar, “o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a ferir com eles” (Freire, 1996, p.127). O saber escutar será fundamental em todas as etapas da pesquisa e nesta, não será diferente. Os temas das oficinas previamente colocados no projeto, passarão pela avaliação e validação das participantes, pois, é necessário que seja uma decisão coletiva.

São propostas no guia quatro oficinas temáticas e formativas voltadas à construção do protocolo autônomo de CLPI. No entanto, ao longo do processo, a própria comunidade pode identificar a necessidade de outras oficinas, tendo plena autonomia para incluir novas atividades, reformular as propostas apresentadas ou excluir aquelas que não dialoguem com sua realidade e necessidades.

Oficina 1: Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta oficina tem como finalidade entender o que é a Convenção nº 169 da OIT, como ela pode articular as lutas comunitárias e se tornar um instrumento que assegura o

direito de as comunidades serem consultadas sobre medidas que afetam o território tradicionalmente ocupado, como o caso da instalação de usinas eólicas.

Oficina 2: Nossa Memória e Identidade:

A finalidade dessa oficina é aprofundar a trajetória do modo de vida das comunidades tradicionais de fundo de pasto, rememorar lutas, conquistas e desafios.

Oficina 3: Potencialidades e ameaças que cercam o território.

Mapear, de forma coletiva, as potencialidades e as ameaças ao território, incluindo modos de vida, saberes, atividades produtivas e formas de organização, fauna, flora, empreendimentos e outros agentes externos.

Oficina 4: Transição energética e interseccionalidade, gênero, classe, raça.

Esta oficina busca refletir como está acontecendo a transição energética nas comunidades, verificar se a justiça social e climática está inserida no processo, como as mulheres estão sendo afetadas por este movimento.

As oficinas serão conduzidas de forma participativa e dialógica, fundamentadas nos princípios da educação popular. Privilegiando a dinâmica em roda que favorecerá a circulação da palavra, assegurando o direito à fala e à escuta qualificada, com respeito às diferenças de gênero, geração, raça, crença entre outras. Destaca-se que o material já foi disponibilizado para a ACOMPOV¹⁴, o que reafirma o compromisso com a devolutiva aos sujeitos coletivos da pesquisa, reconhecidos como protagonistas na produção do conhecimento. Nesse sentido, a proposta é que as comunidades se apropriem desse conteúdo como instrumento de fortalecimento de suas estratégias organizativas, formativas e de incidência política nos territórios.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as táticas de luta e resistência construídas pelas mulheres agricultoras das comunidades tradicionais de fundo de pasto de Brotas de Macaúbas-BA, no enfrentamento aos conflitos socioterritoriais decorrentes dos projetos de energias renováveis. Os objetivos propostos foram alcançados e confirmam que o protagonismo feminino se expressa nas estratégias de resitência e

¹⁴ O processo de realização das oficinas e de construção do Protocolo Comunitário de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) seguirá em andamento após a conclusão desta pesquisa, com atualizações periódicas divulgadas por meio do perfil oficial da ACOMPOV, na rede social Instagram @acompov_org.

defesa do território frente a expansão dos emoreendimentos eólicos. As mulheres atuam na organização comunitária por meio da ACOMPOV, na articulação com outras comunidades de fundo transvesalisando práticas solidárias, saberes ancestrais e estratégias políticas coletivas.

A análise demonstra que as mulheres territorializam os espaços comunitários a partir de uma relação indissociável entre corpo, terra e vida. O território é produzido e significado por meio do trabalho na roça, do cuidado com a água, da preservação da serra, dos quintais produtivos, dos saberes ancestrais e das práticas coletivas de uso do fundo de pasto. As narrativas revelaram que elas constroem uma territorialidade política que confronta a lógica empresarial, afirmando o território como bem comum e como condição de existência coletiva, e não como mercadoria.

Constatou-se que o avanço acelerado do capital energético sobre os territórios das comunidades tradicionais de fundo de pasto reforça a urgência da posse e da regularização fundiária. As mobilizações sociais e lutas políticas buscam respostas do Estado, que reage de forma lenta. Essa lentidão estatal facilita a grilagem de terras e a instalação de projetos predatórios, como a mineração, energias renováveis, linhas de transmissão, sobre esses territórios.

Por outro lado, a regularização fundiária, embora não proteja automaticamente as comunidades contra as pressões do capital, constitui um instrumento estratégico para fortalecer a organização, a resistência e os enfrentamentos comunitários. A intensificação da exploração predatória dos bens comuns tende, ainda, a gerar tentativas de desarticulação das redes comunitárias que sustentam os modos de vida e a cultura das comunidades de fundo de pasto.

A pesquisa-ação contribui diretamente para o fortalecimento do debate e da construção coletiva do protocolo comunitário de CLPI, ao apontar uma direção e permitir que a comunidade construa o seu caminho e se lança a caminhar na luta pelo direito à autodeterminação das comunidades tradicionais. Assim, o protocolo emerge não apenas como um instrumento jurídico, mas como uma ferramenta política de afirmação territorial, proteção dos modos de vida e resistência aos processos de expropriação.

Observou-se ainda que a resistência comunitária não significa apenas oposição direta aos projetos, mas se expressa na organização coletiva, na negociação estratégica de contratos, na vigilância territorial. Mesmo diante de ameaças, violência e vulnerabilidades jurídicas, as mulheres têm desempenhado papel crucial na

mediação de conflitos e na proteção dos bens comuns, revelando a dimensão política e pedagógica do protagonismo feminino.

Os produtos educacionais desenvolvidos nesta dissertação mostram-se relevantes na medida em que transformam as experiências das mulheres em instrumentos concretos de formação e ação política. Ao sistematizarem saberes e memórias, valorizam conhecimentos historicamente invisibilizados. Além disso, o guia metodológico para oficinas de construção do protocolo de CLPI, concebido como ferramenta aberta e adaptável, possibilita que a comunidade se aproprie, modifique e utilize o material conforme suas realidades, fortalecendo a autonomia comunitária e os processos organizativos.

Assim, a pesquisa contribuiu para visibilizar a luta das mulheres, reforçar o reconhecimento de seus direitos territoriais e apoiar instrumentos de ação coletiva que enfrentam as violações de direitos humanos, confirmando a relevância de sua atuação na salvaguarda do território tradicionalmente ocupado e na afirmação da autonomia comunitária.

No que se refere às limitações, os desafios enfrentados foram relacionados à conciliação entre o tempo acadêmico e o tempo das comunidades, que seguem ritmos próprios de organização. Inicialmente, estava prevista a realização das oficinas no período da pesquisa. No entanto, esse cronograma não se concretizou integralmente dentro do prazo institucional. Ainda que o período para a pesquisa tenha se encerrado, junto à universidade, as ações continuam em desenvolvimento no território, respeitando os tempos e processos comunitários. Tais limites não inviabilizaram a análise, mas evidenciam a complexidade e a necessidade de adequação metodológica em pesquisas comprometidas com a realidade social investigada.

Por fim, este estudo reforça que os conflitos territoriais em contextos de expansão de energias renováveis devem ser compreendidos não apenas como disputas locais, mas como expressão de estruturas históricas e políticas que reproduzem desigualdades e ameaçam modos de vida tradicionais. A pesquisa contribui para reconhecer as mulheres como sujeitas históricas e políticas, produtoras de conhecimento e agentes transformadoras, demonstrando que a defesa do território é inseparável da luta por justiça social, direitos comunitários e sustentabilidade cultural e ambiental.

REFERÊNCIAS

ABEEÓLICA (Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias). **Boletim Anual 2024**: análise da energia eólica no Brasil. São Paulo, 2024. Disponível em: https://abeeolica.org.br/wpcontent/uploads/2024/07/424_ABEEOLICA_BOLETIM-ANUAL-2024_DIGITAL_PT_V3.pdf. Acesso em: 09 nov. 2025.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2019.

ALCÂNTARA, Denilson M; GERMANI, Guiomar I. **Fundo de Pasto: Um conceito em movimento**. ANAIS do VIII Encontro Nacional da ANPEGE 2009. Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Setembro / outubro de 2009; Curitiba – Paraná, 2009. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_alcantaragermani_fun_dopasto_conceitoemmovimento.pdf. Acesso em: 08 dez. 2024.

ALCÂNTARA, D. M. D. **Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica**: comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Calderãozinho - Uauá- Bahia. Salvador: PPGG/IG/UFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19794>. Acesso em: 23 jun. 2025.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Banco de Informações de Geração**: Capacidade instalada por estado. ANEEL (SIGEL). Brasília, jan. 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNGE3NjVmYjAtNDkZC00MDY4LTiINTItMTVkZTU4NWYzYzFmIiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOiR9>. Acesso em: 20 jan. 2026

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO. **Julgamento da ADI nº 5783** (Carta) Brasília, 2023. Disponível em: https://4cebf97a-6f0f-4f04-b5e8-64ff07b1d9f0.usrfiles.com/ugd/4cebf9_c1eaf522966e4b8e8f5fd834cfbcc1be.pdf. Acesso em: 10, jun.2023.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MANGABEIRA E POVOADOS VIZINHOS. **Denúncia de ameaça de morte e solicitação de providências**. Ofício. Brotas de Macaúbas-BA, 2019. 4 p.

ATLAS BRASIL. **Perfil: Brotas de Macaúbas, BA. IDHM: todos**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/290450#idhm-all>. Acesso em: 15 out. 2025.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). **Bahia bate recorde de novos parques eólicos em operação em 2023**. (Notícias), janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sde/2024/01/22/bahia-bate-recorde-de-novos-parques-eolicos-em-operacao-em-2023>. Acesso em: 03 set. 2024.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). **Informe Executivo de Energia Eólica** - Janeiro 2026. Salvador: SDE, 2026. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sde/publicacoes/32991/informe-executivo-de-energia-eolica-janeiro-2026>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Instrução Normativa (IN). Conjunta SDE/SDR/CDA/PGE 01/2020**. 2020. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/CMA/arquivos/Anexo_Manual_Energias_Renov%C3%A1veis/Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_-_%C3%81reas_Energia_E%C3%B3lica.pdf. Acesso em: 02 jan. 2026.

BAHIA. **Lei nº 12.910, de 11 de Outubro de 2013**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-12910-2013-bahia-dispoe-sobre-a-regularizacao-fundiaria-de-terras-publicas-estaduais-rurais-e-devolutas-ocupadas-tradicionalmente-por-comunidades-remanescentes-de-quilombos-e-por-fundos-de-pastos-ou-fechos-de-pastos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2002.

BASTER, Raquel. **O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências**. Conflitos no Campo: Brasil 2018/ Centro de documentação dom Thomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2020. Páginas 81-86. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/conflitos-no-campo-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BASTOS, F. **Soberania Alimentar das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto no Semiárido da Bahia**. 1 ed. Salvador, Bahia, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Capítulo 1: A comunidade tradicional. In: UDRY, Consolacion; EIDT, Jane Simoni (Org.). **Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal**. Volume 1. Brasília, DF: Embrapa, 2015. p. 26. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1048037/1/POVOS-COMUNIDADES-TRADICIONAIS-VOL-1.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Pesquisa Participante e a Participação da Pesquisa: Um Olhar entre Tempos e Espaços a partir da América Latina**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 5783 Brasília, DF**. Relatora: Ministra Rosa Weber. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=356781&ori=1>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Acesso em 17 de mai. de 2025. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Norma Operacional nº 001, de 2013**. Acesso em 17 de mai. de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/norma/norma-operacional-no-001-de-2013.pdf/view>.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **A Resolução CNS nº 510/2016**. Acesso em 17 de mai. de 2025. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. **Del Consenso de los Commodities al Consenso de la Descarbonización**. Nueva Sociedad, 306, julio-agosto, 2023. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/306-del-consenso-de-los-commodities-al-consenso-de-la-descarbonizacion/>. Acesso em: 06 Set. 2023.

BURGHGRAVE, Thierry de. **Vício... Sonho... Até Parece Castigo! Vivências e notícias de garimpos de quartzo na Bahia**. 1.ed Brotas de Macaúbas -BA: Ed. do autor, 2023.

CAMARGO-SCHUBERT. **Atlas eólico**: Bahia. Salvador: SECTI, SEINFRA, CIMATEC/SENAI, 2013. Disponível em: https://www.ba.gov.br/secti/sites/site-secti/files/migracao_2024/arquivos/File/atlas_eolico/atlaseolicobahia2013.pdf. Acesso em: 05 dez. 2025.

CARAVELA DADOS E ESTATÍSTICAS. **Economia de Brotas de Macaúbas - BA**. Caravela Dados, 2025. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/brotas-de-maca%C3%BAbas---ba>. Acesso em: 28 dez. 2025.

CARVALHO, Franklin. P. **Fundos de Pasto, Territorialidade, Luta e Reconhecimento**. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32530>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CCEE. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **Dados de Geração e Consumo**. 2025. Disponível em: <https://www.ccee.org.br/dados-e-analises/dados-geracao> . Acesso em: dez. 2025.

CEP-UEFS. Comitê de Ética em Pesquisa – Universidade Estadual de Feira de Santana. Disponível em: <https://cepuefs.wixsite.com/cepuefs>. Acesso em set. 2024. Acesso em: 28 nov.2024.

CHAVES, K. A.. **Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica**: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. Scripta Nova-Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales, v. 25, p. 51-71, 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/32707>. Acesso em: 12 out. 2024.

CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, S.S.. **Contribuições do conceito de corpo-território e dos feminismos comunitários para pensarmos a construção de territórios saudáveis e sustentáveis**. Saúde em Debate , v. 48, p. 271-286, 2024. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8731>. Acesso em: 15 nov. 2024.

DIJK, T.A. **La multidisciplinaridad del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad**. In: WODAK, R.; MEYER, M. Métodos de análisis crítico del discurso. Barcelona: Gedisa, 2003. Disponível em: <https://planificacionalainvestigacion.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/05/anc3a1lisis-critico-del-discurso-1.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2024.

DOURADO, Cláudio et al. **Ventanias: Conflitos Eólicos na Chapada Diamantina/BA**. Dossiês Temáticos – Empreendimentos de Energia Eólica. Chapada Diamantina: OCA – Observatório dos Conflitos Socioambientais da Chapada Diamantina, abr. 2024. Disponível em: <https://ocachapadadiamantina.org/dossies/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e a acumulação primitiva**. Elefante, 2017. Tradução: Coletivo Sycorax, 2017.

FERRARO JR, L. A. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto da Bahia**. Brasília: UNB, 2008. Disponível em: <https://cds.unb.br/teses-e-dissertacoes-2/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FERRAZ, C. C. M. **Existe Energia Limpa? Desafios das estratégias de transição energética para o setor elétrico brasileiro. Diálogos Socioambientais**, v. 8, n. 22, p. 70–74, 2025. DOI: 10.36942/dialogossocioambientais.v8i22.1229 . Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/1229>. Acesso em: 23 fev. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**: 67. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2019.

GAONA, Sandra Milena Rátiva. **De la transición energética a la transición socio-ecológica: pistas para pensar desde el movimiento popular colombiano**. Revista Semillas- Caminos de esperanza para el campo, en el nuevo escenario político, 79 ed. Colombia, 16 Septiembre de 2022, p. 3-6. Disponível em: <https://www.semillas.org.co/es/revista/de-la-transicion-energetica-a-la-transicion-socio-ecologica-pistas-para-pensar-desde-el-movimiento-popular-colombiano>. Acesso em: 09 jun. 2024.

GAONA, Sandra Milena Rátiva; SILVA, Azucena Norman. **La perspectiva**

despatriarcalizante de la energía: Hacia un modelo justo y sustentable. Todas las Mujeres, Todos los Derechos 8 ed. México: Gaceta informativa del Consejo Nacional de Humanidades, Ciencias y Tecnologías (Conahcyt) y la Secretaría de Gobernación (Gobernación), a través de la Comisión Nacional para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres (Conavim), 2024, p. 8-9.

GAONA, Sandra Milena Rátiva. **El modelo energético es profundamente patriarcal:** El actual modelo energético solo materializa a sangre y fuego el marco simbólico de dominio sobre la naturaleza. Revista América Latina em movimento. Energia y crisis civilizatória, 44 ed. Ecuador, octubre 2020. p. 26-28. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/209951>. Acesso em: 24 set. 2024.

GAONA, Sandra Milena Rátiva. RÁTIVA-GAONA, Daniela. **Pensar la energía desde el feminismo.** Revista Ciencias y Humanidades- Transición energética y cambio climático, 7 ed. México, 07 junio de 2023, p. 60-71. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374291011_Pensar_la_energia_desde_el_feminismo. Acesso em: 14 mai. 2024.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Tradução, Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ªed. Loyola: São Paulo, 2005.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brotas de Macaúbas.** Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022.** Rio de Janeiro, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017.** Rio de Janeiro, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2012.

INFORME da Comissão Pastoral da Terra – Regional Bahia. **EcoDebate**, 29 ago. 2009. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2009/08/29/implantacao-de-parque-eolico-em-brotas-de-macaubas-ba-gera-conflito-fundiario/#:~:text=A%20previs%C3%A3o%20da%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20parque,partir%20dos%20ventos%20e%20prev%C3%AA%20investimentos%20de%E2%80%A6>. Acesso em: 15 jan. 2026.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS (ICS). **IDSC-BR - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** 2025. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/2904506/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Renewables 2023 Analysis and forecast to 2028.** Disponível em: <https://www.iea.org/>. Acesso em: 24 de mar. de 2024.

IEA (2025), Revisão Global de Energia 2025 , IEA, Paris <https://www.iea.org/reports/global-energy-review-2025>, Licença: CC BY 4.0. Acesso em: 20 mai. 2025

JOCA, P.; GARZON, B. R. ; **SILVA, L.A.L.da.** ; OLIVEIRA, R. M. ; GRUPIONI, L. D. . **Protocolos autônomos de consulta e consentimento: um olhar sobre o Brasil, Belize, Canadá e Colômbia** /. 1. ed. São Paulo: Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2021. v. 01. 131p. Disponível em:

<https://institutoiepe.org.br/2022/03/protocolos-autonomos-de-consulta-e-consentimento-um-olhar-sobre-o-brasil-belize-canada-e-colombia/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

LEFF, Enrique. Los derechos del ser colectivo y la reapropiación social de la naturaleza. In: **Os saberes ambientais, sustentabilidade e olhar jurídico: visitando a obra de Enrique Leff**. Caxias do Sul: 2015, p. 12-32. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/294872983_Os_Saberes_Ambientais_Sustentabilidade_e_Olhar_Juridico_visitando_a_obra_de_Enrique_Leff. Acesso em: 2 mar. 2025.

LIMA, José Auricelio Gois. **A natureza contraditória da geração de energia eólica no Nordeste do Brasil**. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022. Disponível em:

<https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2022/06/A-natureza-contradit%C3%B3ria-da-gera%C3%A7%C3%A3o-de-energia-e%C3%B3lica-no-Nordeste-do-Brasil.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

LIMA, M. G. S. B.; MOURA, A. B. F.. **A reinvenção da roda: Roda de conversa, um instrumento metodológico possível**. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.5, n.15, p.24-35, 2014. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/448>. Acesso em: 11 nov. 2024.

LIMA JUNIOR, E. B. *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v.20, n.44, p.36-51, 2021. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 17 out. 2024.

MARQUES, Leônidas de Santana. **As comunidades de fundo de pasto e o processo de formação de terras de uso comum no semiárido brasileiro**. Soc. & Nat., Uberlândia, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sn/a/TXb7hGJW6S9tWJbJjFG3CNS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MARTÍNEZ ALIER, J.. **O Ecologismo dos pobres** : conflitos ambientais e linguagens de valoração. Editora Contexto, 2018.

MARTINS; José de Souza. **O cativo da Terra**. 9ª ed. – São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em:

https://www.academia.edu/28102220/O_Cativo_da_Terra_Jos%C3%A9_de_Souza_a_Martins. Acesso em: 7 mai. 2025.

MINYO, Maria Cecília de Souza. **“Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e Descoberta”**. In: Minayo, Maria Cecília de Souza; Deslandes, Suely

Ferreira; Gomes, Romeu (Org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MONTEZUMA, Talita de Fátima Pereira Furtado. **Sentidos emergentes na defesa das águas face ao regime extrativista e suas contribuições para uma abordagem relacional e antimercantil dos comuns.** Tese (Doutorado em Direito), Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2021. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/41285>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica.** In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/download/138920/134268/>. Acesso em: 05 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais.** Genebra, 1989.

OLIVEIRA, Cristiane Oliveira. **As experiências pedagógicas e resistências de mulheres negras da comunidade do Riacho da Cruz / Mutuípe: um diálogo com a Educação do Campo.** Trabalho de Conclusão de Curso do Programa de Pós Graduação em Educação do Campo, Mestrado Profissional em Educação do Campo/ Centro de Formação de Professores/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2024. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgecid/producoes-academicas-do-programa/2-conteudo/333-turma-2022>. Acesso em: 15 dez. 2025.

OLIVEIRA, R. M. . **A ambição dos *pariwat* Consulta prévia e conflito socioambiental.** Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal do Pará, Belém 2016. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/teses-e-dissertacoes/>. Acesso em: 01 jan. 2025.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. **A Agenda 2030.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Mudança do clima e terra:** Relatório especial do IPCC sobre mudança do clima, desertificação, degradação da terra, manejo sustentável da terra, segurança alimentar, e fluxos de gases de efeito estufa em ecossistemas terrestres. Tradução: Governo do Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc>. Acesso em: 31 de jan de 2024.

_____. **Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade.** [Sexto Relatório de Avaliação do IPCC](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/). Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 31 de jan de 2024.

_____. **Relatório de Síntese do Sexto Relatório de Avaliação (AR6).** Genebra: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em

05 de jul de 2025.

PACHECO, Jardel Luís Félix et al. **“A terra de todos, a terra é de ninguém”:** **Gestão do uso comum nas comunidades tradicionais de fundo de pasto.** Revista Interdisciplinar. v. 10, n. 1, e907, 2025. ISSN: 2448-0916. DOI: 10.52641/cadcajv10i1.907. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/399427973_A_terra_de_todos_a_terra_e_d_e_ninguem_Gestao_do_uso_comum_nas_comunidades_tradicionais_de_fundo_de_pasto. Acesso em mai. 2025.

PACKER, L. A. **A prioridade convencional e constitucional dos territórios tradicionais em face da sobreposição no cadastro ambiental rural.** In: BURITY, V; ESCRIVÃO FILHO, A; MONTEIRO, R.; SOUSA JR., J.G.. (Org.). O direito humano à alimentação e à nutrição adequadas: enunciados jurídicos. 1ed.Brasília: FIAN Brasil: O direito achado na rua, 2020, v. 1, p. 163-170. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/publicacao/o-direito-humano-a-alimentacao-e-a-nutricao-adequadas-enunciados-juridicos/>. Acesso em: 02 mar. 2024.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina / Abya Yala:** Universidad Autonoma do Mexico, Instituto de Investigaciones Sociales, 2012. Disponível em: https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-carlos%20walter.pdf. Acesso em: 20 dez. 2025.

PARDO ABRIL, Neyla Graciela. **Cómo hacer análisis crítico del discurso: Una perspectiva latinoamericana.** 2a ed., Bogota: Universidad Nacional de Colombia Instituto de Estudios en Comunicación y Cultura (IECO), 2013.

QUIJANO, A. **A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

RIBEIRO, Carolina Silva. **Ventos da Bahia: uma análise dos impactos socioeconômicos de empreendimentos eólicos no semiárido baiano.** Tese(Doutorado em Economia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34508>. Acesso em: 04 jul. 2025.

RIBEIRO, C. S. ; ARAÚJO, C. S.; OLIVEIRA, G. G.; GERMANI, G. I. **Aspectos econômicos e jurídicos que cercam a relação de camponeses com empresas exploradoras de energia eólica no município de Brotas de Macaúbas – Bahia.** Nexos Econômicos, v. 12, n. 2, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/43516>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia de pesquisa.** 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1998. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/1995/07/Territorio_globalizacao-e-fragmentacao.pdf. Acesso em: 27 nov. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: Modos e Significados**. Brasília/DF, 2015. Disponível em: http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em: 07 jan. 2025.

_____. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8748486/mod_resource/content/1/Antonio%20Bispo%20dos%20Santos%20-%20A%20terra%20da%CC%81%2C%20a%20terra%20quer-Ubu%20Editora%20%282023%29.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2024.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 1 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 13 dez. 2024.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopqdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Ser e viver enquanto comunidades tradicionais**. Mercator, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 109-120, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/724>. Acesso em: jun 2024.

STATKRAFT Brasil. **Complexo Eólico de Brotas de Macaúbas**. Florianópolis. Disponível em: www.statkraft.com.br. Acesso em: 15 jan. 2026

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**. Cidade do México/México: CALAS, 2019. Disponível em: https://calas.lat/sites/default/files/svampa_neoextractivismo.pdf. Acesso em: 13 dez. 2025.

TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. **Violência contra as mulheres. O patriarcado e as institucionalidades públicas nos conflitos no campo**. Conflitos

no Campo: Brasil 2019/ Centro de documentação dom Thomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2020. Páginas 89-98. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/conflitos-no-campo-brasil-2019-web.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/metodologia-de-pesquisa-acao-89057-1.pdf . Acesso em: 24 nov. 2024.

WOLKMER, Antonio Carlos; TÁRREGA, Maria Cristina V. B. (Org.); SCHWENDLER, Sônia Fátima. (Org.) . **Conflitos agrários: Seus sujeitos, seus direitos**. 1. ed. Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2015. v. 1. 285p .

ANEXOS

Anexo A- Ofício denúncia conflitos fundiários

ACOMPOV - ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE MANGABEIRA E
POVOADOS VIZINHOS – CNPJ 01.378.984/0001-01

Brotas de Macaúbas, 26 de janeiro de 2019.

À Ilustríssima Senhora
Dr.^a Renata Álvares Rossi
Coordenadora Executiva da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA

RECEBIDO EM
31.01.19
em

ASSUNTO: Denúncia de ameaças de morte e solicitação de providências

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la cordialmente, vimos pelo presente, apresentar a esta Coordenação, a luta da ACOMPOV - Associação Comunitária de Mangabeira e Povoados Vizinhos, referente a Regularização Fundiária do seu território e reconhecimento das comunidades da área de abrangência da entidade como COMUNIDADES TRADICIONAIS de Fundo e Fecho de Pasto, e hoje, resulta em ameaças de morte feitas à atual Diretoria.

1. Breve contexto local

Com a chegada do Parque Eólico no município de Brotas de Macaúbas, houve alterações bruscas no cotidiano da vida das Comunidades de abrangência do empreendimento.

A ACOMPOV abrangia as comunidades de Mangabeira, Papagaio, Boa Vista, Malhada e Fundo Largo. O Parque está localizado próximo a comunidade de Boa Vista, na principal área de Fundo de Pasto que até então todas as referidas comunidades utilizavam livremente para soltar seus animais no

1

ACOMPOV - ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE MANGABEIRA E
POVOADOS VIZINHOS – CNPJ 01.378.984/0001-01

período de chuva, enquanto as pastagens se recuperavam para o período de seca. Na época a associação buscou informação para a regularização da área de fundo de pasto, porém, esta não foi efetivada.

Tendo em vista o recurso financeiro que a empresa proprietária do parque repassaria para a associação, fruto do arrendamento da área por ela ocupada para suas instalações, houve articulações para que fosse criada uma nova associação em Boa Vista para receber esse recurso, já que o parque seria implantado próximo à comunidade. Sendo assim, as pessoas que faziam parte do quadro de associados acima mencionada, pediram desfiliação para compor o quadro da nova associação.

Com essa divisão, a nova associação em Boa Vista entendeu de dividir o território e enviou comunicado proibindo os criadores da ACOMPOV usar o Fundo de Pasto, que após esta divisão, ficou na área deles.

A ACOMPOV realizou algumas reuniões buscando manter os animais de seus criadores no mesmo regime que sempre viveram, porém com restrições. Com isso, criou um clima desconfortável entre as duas associações.

Percebendo que a cada dia estão surgindo mais empresas interessadas em explorar as riquezas da região, a ACOMPOV continuou a busca pela regularização das áreas de uso comum ainda existente nessas comunidades de sua abrangência e das propriedades particulares. Foi solicitado ao órgão do Estado, CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário, em maio de 2015, uma discriminatória dessas áreas. Atendendo à solicitação, compareceu em maio de 2016 um técnico da CDA que preencheu os requerimentos de todas as áreas dos interessados, mas até o momento não compareceu para finalizar esta

ACOMPOV - ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE MANGABEIRA E POVOADOS VIZINHOS – CNPJ 01.378.984/0001-01

demanda. Essas áreas demarcadas pelas comunidades estão sendo alvo de empresas tanto eólica quanto de mineração.

A associação em outubro de 2017 foi procurada pela empresa para realização de um contrato para implantação de um novo Parque Eólico, onde passaria em uma das áreas de uso comum localizada no povoado de Papagaio e em muitas áreas particulares das comunidades da área de abrangência da Associação.

Compreendendo que os proprietários sendo eles associados ou não, teriam dificuldade de entender o contrato por não terem o conhecimento jurídico, a associação buscou parcerias para analisar e propor alterações. Para isso, várias reuniões aconteceram entre empresa e associação, proprietários e parceiros. O que já resultou em mudanças interessantes como melhoramento de valores de arrendamento, levantamento de demandas para a melhoria de infraestrutura das comunidades para serem analisadas e possivelmente elaborar um termo de compromisso para o atendimento destas demandas, entre outras. Na última reunião realizada entre associação, a empresa e parceiros em outubro de 2018 para tratar das mudanças e observações do contrato, foi apresentado, pela empresa, o interesse de utilizar a área de uso comum localizada na comunidade de Mangabeira, a qual alguns proprietários vizinhos da área querem avançar invadindo-a.

2. A AMEAÇA

Em outubro de 2018 ficou acordado que a empresa mandaria posteriormente, a minuta do contrato com as alterações. Enquanto a ACOMPOV aguarda esta minuta, a diretoria começou a receber ameaças de morte, onde cita o nome da suplente geral, Mariléia Aparecida dos Passos, como a primeira vítima e avisa que terá a segunda.

Essas ameaças estão sendo feitas via telefone fixo institucional, na Sub sede do SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar, de Brotas de Macaúbas, localizado na Comunidade de Cocal. Marileia é a Presidente deste sindicato. As ameaças também estão sendo feitas através de mensagem na rede social (inbox facebook). A mesma mensagem foi recebida também pela presidente

3

**ACOMPOV - ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE MANGABEIRA E
POVOADOS VIZINHOS – CNPJ 01.378.984/0001-01**


da ACOMPOV, Eunice Francisca de Araújo e pela tesoureira, Maristélia Aparecida dos Passos. Marileia registou Boletim de Ocorrência-BO na delegacia do município o qual segue em anexo junto com as mensagens recebidas.


Na ocasião, diante do exposto, nós diretoras e entidade de apoio a Fundação João Cristiano, solicitamos que a CDA atue na perspectiva de buscar junto aos órgãos competentes meios de solucionar este problema, pois toda a diretoria se sente ameaçada e insegura.

Desde já agradecemos pela atenção dispendida e nos colocamos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Eunice Francisca de Araújo
Presidente da ASCOMPOV


Mariléia Aparecida dos Passos
Suplente geral da ASCOMPOV
Presidenta do SINTRAF


Maristélia Aparecida dos Passos
Tesoureira


Wemerson Cleiton Rosa de Araújo
Presidente da Fundação João Cristiano

Anexo B- Pedido de desfiliação da ACOMPOV por sócios da comunidade de Boa Vista

SNRTA PRESIDENTE.
MARISTÉLIA APARECIDA DOS PASSOS.
ATRAVÉZ DESTÉ, ESTOU PEDINDO
AFASTAMENTO DA ASSOCIAÇÃO CO-
MUNITÁRIA DE MANGABEIRA E POVO-
ADOS VIZINHOS - ACOMPOV.

PARA ASSOCIAR-ME NA ASSO-
CIAÇÃO: ASSCOBOVI - ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DO POVOADO DE
BOA VISTA.

SEGUNDO O TESOUREIRO, ESTOU
QUITE TODO ESTE ANO DE 2009.
SE NÃO, ME COMUNIQUE -

VAI MINHA CARTEIRINHA P/ DÁ
BAIXA. É SÓ.

BOA VISTA 18-12-2009.

BOA VISTA
DA 21/12/09
MARISTÉLIA APARECIDA DOS PASSOS

Recetado em 22/12/2009.

Boa Vista 2/3/2010
 Para a Presidente da Acompor.
 Srta. Mariângela
 Comunico-lhe que estou deixando
 a associação, da qual fui um dos
 fundadores e que me esforci bastante
 para a sua existência.

motivo, todos vcs já
 sabem que foi criada uma outra
 no mesmo período, no início até
 parecei que ela não ia funcionar
 porém hoje já penso diferente,
 por isso fiz as minhas desculpas
 por estar saindo,
 porém quero sair com uma participação
 limpa, usando as contribuições um
 dia, finetico fazendo votos que ela
 continue na mesma direção.

assim a Teneiosament

